



Ministério da Cultura

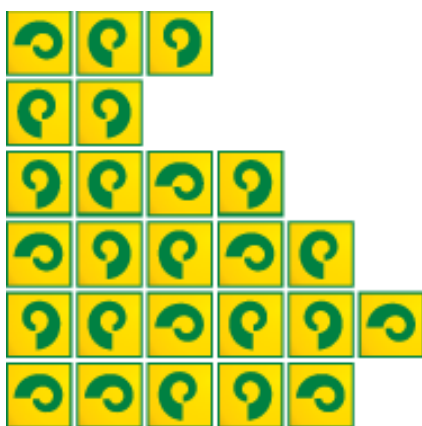
Conselho Nacional de Política Cultural

Esplanada dos Ministérios | Bloco “B” | 3º andar | Brasília - (DF)

Telefone: +55 (61) 2024-2361 – 2024-2302

[www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br)

**Ata da 16ª Reunião do Conselho Nacional de  
Política Cultural - Dia 28/11/2011**



**Conselho  
Nacional de  
Política Cultural**

Brasília (DF), 28 de novembro de 2011

Setor Hoteleiro Sul/ Quadra 02, Bloco H – Hotel St. Paul

Brasília - DF

1 Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e onze, no  
2 Edifício Parque Cidade Corporate, localizado no SCS, Quadra 09,  
3 Lote C, Torre B, 12º andar, na Sala de Reuniões, em Brasília DF,  
4 deu-se a 16ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política  
5 Cultural, CNPC, sob a presidência do Senhor Secretário-Geral do  
6 Conselho Nacional de Política Cultural, CNPC, João Roberto Peixe,  
7 da Senhora Coordenadora-Geral do Conselho Nacional de Política  
8 Cultura, Maria Helena Signorelli, e dos seguintes conselheiros:  
9 Alcione Alvarenga Pinheiro, Frente Nacional de Prefeitos; Charles  
10 Narloch, Artes Visuais; Devair Antônio Fiorotti, Museus; Eloísa da  
11 Silva Galdino, Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais  
12 de Cultura; Mariana Bandeira de Mello, Casa Civil; Heloísa Esser dos  
13 Reis, Arquivos; Isaac William Farias Loureiro, Culturas Populares;  
14 Ivan Ferraro Filho, Música Popular; Jeferson Dantas Navolar,  
15 Arquitetura e Urbanismo; Olga Lopez de Ibanez Novion, Ministério do  
16 Planejamento; Juscelino Alves de Oliveira, Música Erudita; Maria das  
17 Dores Conceição Pereira do Prado, Povos Indígenas; Maria Zaira  
18 Turchi, Entidades de Pesquisas; Fábio de Sá Cesnik, Associação  
19 Nacional de Entidades Culturais; Nilton Aparecido Bobato, Livro e  
20 Leitura; Ignácio José Kornowski, Confederação Nacional de  
21 Municípios; Renato da Silva Moura, Artesanato; Ronado Moreira  
22 Fraga, Moda; Rosa Maria Leonardo Coimbra, Dança; Marcos  
23 Olender, Patrimônio Material; Aldenir Paraguassú, Ministério do Meio  
24 Ambiente; Márcio Silveira dos Santos, Teatro; Washington da Silva  
25 Queiroz, Patrimônio Imaterial; Anna Cynthia Oliveira, GIFE. **O**  
26 **Senhor Presidente da Mesa e Secretário-Geral do Conselho**  
27 **Nacional de Política Cultural (CNPC), João Roberto Peixe,** deu  
28 início à reunião sem ter atingido o quórum mínimo. Comunicou que  
29 devido a uma situação excepcional de pauta de emergência da  
30 Presidência da República sobre o fechamento de pontos da  
31 execução orçamentária, com relação a convênios com as ONGs, a  
32 Ministra Ana de Hollanda, por necessidade, teria feito a convocação  
33 de alguns diligentes e com isso a coincidência com a reunião do  
34 Conselho. Por esse motivo, os conselheiros, secretários ou  
35 presidentes de vinculadas não poderiam estar presentes na reunião  
36 do CNPC. Por isso haveria problemas na questão do quórum e das

37 questões políticas das deliberações do Conselho. Informou que por  
38 esse motivo teria que se trabalhar de maneira a se avançar com os  
39 trabalhos, mas que não poderia haver votação enquanto não  
40 houvesse quórum necessário. Em seguida consultou se havia  
41 concordância por parte dos conselheiros presentes, ressaltou que  
42 alguns dos órgãos do Ministério estariam com representantes  
43 presentes, mas que estes não poderiam votar. Só poderiam dar  
44 informações, participar das discussões, mas que não teriam o poder  
45 do voto. Em havendo concordância geral deu andamento à reunião e  
46 informou que posteriormente quando da presença dos conselheiros  
47 titulares ou suplentes se faria a votação. Em seguida passou a  
48 palavra a Coordenadora-Geral do CNPC, Maria Helena Signorelli,  
49 informando que devido estar com a voz parcialmente comprometida  
50 pediu a compreensão de todos e ressaltou que teria o apoio da  
51 senhora Maria Helena na condução dos trabalhos. **O Senhor**  
52 **Aldenir Paraguassú, Representante do Ministério do Meio**  
53 **Ambiente**, manifestou-se perguntando qual dos temas da reunião  
54 não precisaria de votação. **O Senhor Secretário-Geral do**  
55 **Conselho Nacional de Política Cultural, CNPC, João Roberto**  
56 **Peixe**, informou que primeiro haveria a definição da pauta, em  
57 seguida se faria um acordo informal para o cumprimento da pauta,  
58 mas que todos os temas teriam a necessidade do quórum. O que se  
59 poderia fazer era avançar na discussão do conteúdo, mas a decisão  
60 só poderia ser tomada posteriormente com o quórum estabelecido. **A**  
61 **Senhora Coordenadora-Geral do Conselho Nacional de Política**  
62 **Cultura, Maria Helena Signorelli**, cumprimentou a todas e a todos e  
63 em seguida fez alguns esclarecimentos em relação à pauta. O  
64 primeiro seria em relação ao nome do conselheiro e Presidente da  
65 Comissão Temática do Sistema Nacional de Cultura e Presidente do  
66 Grupo de Trabalho de Acompanhamento do PNC/PPA, o Senhor  
67 Ignácio Kornowski, onde o seu sobrenome estaria errado. Pediu  
68 desculpas e disse já estar sendo consertado. O outro acerto seria em  
69 relação às matérias da Ordem do Dia. Informou que o item C,  
70 Formação de um grupo de trabalho para avaliação de resultados de  
71 projetos incentivados, Requerimento de Urgência nº 3, já havia sido  
72 aprovado na 15ª Reunião Ordinária do CNPC, com indicação,  
73 inclusive, dos representantes dos grupos, por esse motivo o item

74 seria retirado da pauta. Que com relação ao Requerimento de  
75 Urgência constante no item D, o Conselho havia recebido um email  
76 da conselheira Virgínia informando que havia feito uma  
77 recomendação recomendando ao Ministério da Cultura que fossem  
78 feitos esclarecimentos em relação ao assunto de contratações e  
79 financiamentos de projetos. Em resposta, a conselheira informou que  
80 esse assunto só estaria constando novamente na pauta porque ao  
81 final da reunião, seguindo orientações da consultoria jurídica, teria  
82 que se definir um conselheiro para assinar as recomendações  
83 porque o procedimento seria esse quando o assunto fosse da própria  
84 pasta do Ministério da Cultura ou dirigido diretamente à ministra. E  
85 como no final da reunião a conselheira Virgínia não estava presente,  
86 o assunto voltou à pauta como pendente, mas só para ser definido  
87 quem assinaria a recomendação, para que fosse feito o  
88 encaminhamento. Continuando, disse que com relação à formação  
89 do grupo do Requerimento nº 3, no último e-mail enviado, foi  
90 informado que havia tido problema no áudio da gravação da reunião  
91 passada e por isso a empresa prestadora do serviço de relatoria não  
92 havia entregado a ata até aquela data e que no caso teria uma ata  
93 resumida que seria entregue a todos. Informou que a indicação dos  
94 nomes para o grupo de trabalho teria acontecido no último dia da  
95 reunião passada, que não saberia informar os nomes. Prosseguindo,  
96 informou que essas eram as informações a serem dadas com  
97 relação à ordem do dia e que a aprovação das atas da 5ª Reunião  
98 Extraordinária e da 15ª Reunião Ordinária só poderia ser feita  
99 quando houvesse quórum. Em seguida passou a palavra ao Senhor  
100 Nilton Aparecido Bobato. **O Senhor Nilton Aparecido Bobato,**  
101 **Representante do Segmento do Livro e Leitura,** manifestou-se  
102 informando que no mês de setembro havia sido aprovado pela  
103 plenária o Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano  
104 Nacional de Educação e do Plano Nacional de Cultura, mas que até  
105 então nenhuma informação havia sido dada a respeito do trabalho  
106 feito no Plano Nacional de Educação. Solicitou que alguma  
107 informação fosse dada durante a reunião. **A Senhora**  
108 **Coordenadora-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural,**  
109 **Maria Helena Signorelli,** informou ao conselheiro Nilton que iria  
110 entrar em contato com a Diretora de Educação e Comunicação,

111 Ruana Nunes, solicitando que ela compareça à reunião para fazer os  
112 esclarecimentos necessários quanto ao trabalho feito no Plano  
113 Nacional de Educação. **O Senhor Aldenir Paraguassú,**  
114 **Representante do Ministério do Meio Ambiente,** manifestou-se  
115 pedindo esclarecimento com relação do porque que o item de pauta  
116 Apreciação das Metas do PNC estaria programado para acontecer  
117 no horário da tarde, de 14h às 18h, e a continuidade do mesmo tema  
118 estaria na pauta do dia seguinte. Sugeriu que devido ao problema de  
119 quórum os dois assuntos fossem discutidos no período da tarde,  
120 porque a seu ver o problema de quórum no dia seguinte seria ainda  
121 maior e informou que não poderia estar presente no dia seguinte e  
122 que gostaria muito de participar da Apreciação das Metas do PNC. **O**  
123 **Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política**  
124 **Cultural, CNPC, João Roberto Peixe,** informou que não poderia ser  
125 feita essa inversão porque seria necessária a presença dos  
126 dirigentes do MinC para essa discussão das Metas do Plano  
127 Nacional de Cultura, por ser uma decisão para os próximos dez anos  
128 e que também o tempo não seria hábil. **A Senhora Coordenadora-**  
129 **Geral do Conselho Nacional de Política Cultural, Maria Helena**  
130 **Signorelli,** passou a palavra a Senhora Olga. **A Senhora Olga**  
131 **Lopez de Ibanez Novion, Representante do Ministério do**  
132 **Planejamento,** questionou se toda a pauta de discussão da  
133 Apreciação das Metas do PNC ficaria para o dia seguinte. **O Senhor**  
134 **Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural,**  
135 **CNPC, João Roberto Peixe,** informou que não haveria inversão da  
136 pauta e que a SPC faria à apresentação das metas na parte da tarde  
137 e o restante da discussão com a aprovação das metas seria feita no  
138 dia seguinte, no período da tarde. **A Senhora Heloísa Esser dos**  
139 **Reis, Representante do Segmento de Arquivos,** manifestou-se  
140 perguntando se o Conselho havia recebido o seu e-mail com as  
141 sugestões de alterações para a 5ª Reunião Extraordinária. **A**  
142 **Senhora Coordenadora-Geral do Conselho Nacional de Política**  
143 **Cultura, Maria Helena Signorelli,** disse não se lembrar e informou  
144 que a Senhora Kênia era a responsável pelo recebimento dos e-  
145 mails do CNPC e que iria consultá-la. **A Senhora Heloísa Esser dos**  
146 **Reis, Representante do Segmento de Arquivos,** informou que  
147 havia feito uma comparação com o documento do relatório enviado

148 ao Deputado Pedro Eugênio e que havia feito algumas alterações na  
149 Ata da 15ª Reunião Ordinária com relação ao assunto. **A Senhora**  
150 **Rosa Maria Leonardo Coimbra, Representante do Segmento de**  
151 **Dança**, informou que havia recebido o email enviado pela Senhora  
152 Heloísa, ressaltou que o trabalho feito pela conselheira era de  
153 extrema importância e se mostrou preocupada de não haver tempo  
154 hábil para aprovação da ata com essas modificações, porque muitos  
155 dos conselheiros ainda não teriam visto o documento enviado pela  
156 Senhora Heloísa. **A Senhora Coordenadora-Geral do Conselho**  
157 **Nacional de Política Cultural, Maria Helena Signorelli**, informou  
158 que a Senhora Kênia estaria providenciando o envio do e-mail da  
159 Senhora Heloísa com as alterações sugeridas para a Ata da 15ª  
160 Reunião Ordinária a todos os conselheiros. **O Senhor Ignácio José**  
161 **Kornowski, Representante da Confederação Nacional de**  
162 **Municípios**, manifestou-se concordando com a fala da Senhora  
163 Rosa e sugeriu que as alterações sugeridas na ata fossem votadas  
164 na próxima reunião, porque com o conteúdo colocado pela Senhora  
165 Heloísa a seu ver haveria alterações por parte de alguns  
166 conselheiros e também havia o problema de tempo para a discussão  
167 e aprovação das alterações. **O Senhor Secretário-Geral do**  
168 **Conselho Nacional de Política Cultural, CNPC, João Roberto**  
169 **Peixe**, manifestou-se perguntando se essas alterações seriam com  
170 relação ao PROCULTURA, porque não havia recebido o e-mail  
171 enviado pela conselheira Heloísa e informou que o Deputado Pedro  
172 Eugênio já estaria concluindo o seu relatório com relação ao  
173 PROCULTURA e não saberia informar se o deputado já havia ou não  
174 entregue o relatório na Comissão de Finanças e Tributação.  
175 Ressaltou que qualquer modificação deveria ser feita de imediato  
176 porque senão não mais seria possível fazer, pelo menos, na etapa  
177 em que o relatório se encontrava. **O Senhor Ignácio José**  
178 **Kornowski, Representante da Confederação Nacional de**  
179 **Municípios**, ressaltou que era do conhecimento dos conselheiros  
180 que algumas demandas do conselho não haviam sido atendidas no  
181 Relatório do Deputado Pedro Eugênio e com certeza seria motivo de  
182 discussão. **A Senhora Heloísa Esser dos Reis, Representante do**  
183 **Segmento de Arquivos**, esclareceu que as suas alterações só  
184 haviam sido feitas na ata, do que havia sido discutido na 15ª

185 Reunião. Disse ter comparado a ata feita pelo CNPC e encaminhada  
186 aos conselheiros com o Relatório encaminhado ao Deputado Pedro  
187 Eugênio. Então, não teria que se discutir o que seria mandado ao  
188 deputado e que a correção seria só na redação da ata. Isso de  
189 acordo com o relatório e os seus próprios apontamentos da 15ª  
190 Reunião. Ressaltou que realmente fica muito difícil a pessoa na  
191 reunião pegar a finalização da discussão para ser colocada em ata.  
192 **O Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política**  
193 **Cultural, CNPC, João Roberto Peixe**, manifestou-se dizendo ser  
194 necessária a correção para que não houvesse contradição entre o  
195 que estaria decidido na ata da reunião com o que havia sido enviado  
196 ao deputado. Informou que outra questão que estaria sendo  
197 levantada seria com relação ao mérito. Informou que havia feito um  
198 trabalho e perguntou ao conselheiro Isaac se o Deputado Pedro  
199 Eugênio havia feito a apresentação do relatório na Audiência Pública  
200 ocorrida no Pará. **O Senhor Isaac William Farias Loureiro,**  
201 **Representante das Culturas Populares**, informou que não estava  
202 presente na audiência pública, que o deputado teria feito alguns  
203 comentários sobre o texto do relatório, mas não havia distribuído  
204 cópia deste para o plenário da audiência pública e que achava que a  
205 cópia teria sido disponibilizada depois no site da comissão da  
206 Câmara. **O Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de**  
207 **Política Cultural, CNPC, João Roberto Peixe**, informou que a  
208 versão não era a definitiva porque o deputado não havia concluído o  
209 relatório, que essa seria a primeira versão. Continuando informou  
210 que havia tido um trabalho muito árduo de atualizar o quadro  
211 comparativo. Havia o quadro em que mostrava o projeto original  
212 encaminhado pelo Ministério da Cultura, o substitutivo aprovado na  
213 Comissão de Educação e Cultura, apresentado pela Relatora  
214 Deputada Alice Portugal e as propostas que haviam sido enviadas  
215 para discussão no CNPC, que a comissão apresentou. Depois na  
216 Comissão do CNPC vários pontos foram alterados em relação à  
217 proposta da comissão. E que a versão final, aprovada pelo CNPC,  
218 enviada para o Deputado Pedro Eugênio não estaria no quadro  
219 comparativo. Informou que o primeiro trabalho foi fazer a atualização  
220 com as propostas do CNPC que foram encaminhadas ao deputado.  
221 Que havia colocado uma quarta coluna com a versão que o

222 conselheiro Isaac havia tido acesso, a primeira versão do Deputado  
223 Pedro Eugênio, artigo por artigo e que no caso havia a comparação  
224 das quatro versões. A primeira seria a versão encaminhada pelo  
225 Ministério, a versão aprovada na Comissão de Educação e Cultura, a  
226 proposta aprovada pelo plenário do CNPC e a primeira versão do  
227 Deputado Pedro Eugênio, que não seria a definitiva. Ressaltou que a  
228 comparação seria importante para saber o que o deputado absorveu  
229 ou não do que havia sido proposto pelo CNPC. Continuando,  
230 comprometeu-se em enviar aos conselheiros o arquivo feito por ele  
231 com relação às comparações. **A Senhora Rosa Maria Leonardo**  
232 **Coimbra, Representante do Segmento de Dança**, manifestou-se  
233 dizendo que após a reunião no CNPC o deputado havia ido a uma  
234 reunião na CNIC e questionou se o que havia sido mandado ao  
235 deputado seria só as sugestões do CNPC ou se haviam sido  
236 acolhidas as sugestões da CNIC. **O Senhor Secretário-Geral do**  
237 **Conselho Nacional de Política Cultural, CNPC, João Roberto**  
238 **Peixe**, informou que o deputado estaria propenso a acolher ou não  
239 as sugestões de diversas fontes e que deveria haver o bom senso de  
240 saber que o deputado jamais pegaria só as sugestões do CNPC  
241 colocando-as no relatório. Por ser embate político, o deputado iria  
242 ouvir e negociar com as diversas fontes e que após escutar as fontes  
243 o deputado iria fazer o seu relatório, mas que o deputado já havia  
244 informado que iria apresentar o substitutivo ao relatório da Deputada  
245 Alice Portugal e que as alterações seriam mais substanciais.  
246 Continuando informou que o substitutivo seria apresentado a  
247 Comissão de Tributação e Finanças e que havia um período de cinco  
248 sessões onde os deputados apresentariam emendas ao substitutivo  
249 apresentado pelo deputado. Informou que alguma alteração ao  
250 substitutivo teria que ser enviada de imediato devido ao prazo  
251 regimental. **A Senhora Rosa Maria Leonardo Coimbra,**  
252 **Representante do Segmento de Dança**, manifestou-se dizendo saber  
253 que o deputado acolheria ou não qualquer sugestão, mas que o seu  
254 questionamento seria com relação à posição do Ministério, porque  
255 este só poderia mandar uma proposta e que gostaria de saber se o  
256 Ministério teria mandado a proposta do CNPC ou outra. Ressaltou  
257 que no seu entendimento, que propõe a finalização de proposta de  
258 uma Política Cultural, seria o CNPC, uma vez que como a reunião da



259 CNIC aconteceu depois da reunião do CNPC, é que questionou  
260 sobre à proposta enviada ao deputado. Finalizou dizendo que a  
261 CNIC não teria como seu objetivo principal propor Políticas Públicas.  
262 **O Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política**  
263 **Cultural, CNPC, João Roberto Peixe**, informou ser do seu  
264 conhecimento que a CNIC havia enviado um documento ao  
265 deputado, que a Coordenação-Geral do CNPC também encaminhou  
266 e que a Secretaria-Executiva da ministra também estaria tendo  
267 conversas com o Deputado Pedro Eugênio. Evidentemente não  
268 haveria uma coincidência total de pontos de vista nos três  
269 documentos e que o deputado havia recebido várias sugestões e  
270 estaria sabendo que a primeira versão não seria a versão definitiva e  
271 que o deputado faria alterações. Continuando, informou que o  
272 deputado manteve os critérios de pontuação do relatório da  
273 Deputada Alice Portugal, mas estaria formulando outros critérios de  
274 pontuação. Mas, que a avaliação definitiva só poderia ser feita  
275 quando o deputado entregasse a versão final do substitutivo.  
276 Informou, ainda, que após a entrega do substitutivo a Comissão de  
277 Tributação e Finanças haveria cinco sessões legislativas ordinárias,  
278 no máximo, para entrega de emendas. Com isso o tempo para envio  
279 de alterações seria muito pequeno. **O Sr. Charles Narloch,**  
280 **Representante do Segmento de Artes Visuais**, cumprimentou a  
281 todas e a todos. Disse que a sua primeira pergunta já havia sido  
282 contemplada com a fala da Conselheira Rosa, com relação ao envio  
283 de um segundo documento do MinC ao Deputado Pedro Eugênio.  
284 Que a preocupação da Conselheira Rosa era muito pertinente, que  
285 seria pertinente também que a CNIC fosse ouvida, principalmente  
286 por trabalhar com a Lei de Incentivo Fiscal, mas disse ser  
287 preocupante o envio de dois documentos ao deputado sendo que  
288 estes poderiam ter sido discutidos conjuntamente. Ressaltou que a  
289 legislação do Conselho era fraca, por se tratar de um decreto, mas  
290 como a Conselheira Rosa havia dito a CNIC poderia ter se  
291 manifestado, enviado ao Conselho representantes da CNIC e  
292 poderia ter sido feito um grupo misto para que fosse elaborada uma  
293 única proposta e que institucionalmente falando seria de se esperar  
294 que o Ministério encaminhasse uma única proposta. Como o CNPC  
295 tem atribuições diferentes da CNIC, lamentou o fato do Conselho não

296 ter se reunido com a CNIC para saber o que ela pensava em relação  
297 ao documento encaminhado ao Deputado Pedro Eugênio. A seu ver  
298 houve um erro de encaminhamento por parte do Ministério ao não  
299 encaminhar um único documento pelas duas comissões, até porque  
300 o Secretário Henilton era membro do CNPC. **A Senhora Heloísa**  
301 **Esser dos Reis, Representante do Segmento de Arquivos,**  
302 manifestou-se concordando com a fala da Conselheira Rosa e do  
303 Conselheiro Charles. Disse que gostaria de acrescentar que o  
304 Conselheiro Henilton, além de ser membro do CNPC, fazia parte,  
305 também, do GT PROCULTURA, do qual ela havia sido relatora e  
306 informou que o trabalho como relatora havia sido bastante  
307 desgastante, que havia deixado de fazer acompanhamento de outros  
308 trabalhos como a Lei de Direito Autoral, que também não pode se  
309 dedicar ao Plano Nacional de Cultura, enquanto relatora do GT  
310 PROCULTURA, e que ao final acaba-se percebendo que o trabalho  
311 não foi tão produtivo porque acabou ficando duas versões do  
312 PROCULTURA encaminhada ao Deputado Pedro Eugênio. Sem  
313 dúvida se as forças tivessem sido unidas o trabalho seria mais  
314 produtivo e mais forte, chegando ao deputado como um único  
315 entendimento do próprio Ministério. **O Senhor Aldenir Paraguassú,**  
316 **Representante do Ministério do Meio Ambiente,** manifestou-se  
317 dizendo que gostaria de fazer uma observação a respeito do  
318 desgaste que o envio das duas propostas poderia representar.  
319 Ressaltou que todos perderiam a proposta avalizada pelo Conselho  
320 e o próprio Conselho por não estar exercendo o papel dele. Disse  
321 que isso não era bom para ninguém e disse não saber se haveria  
322 tempo hábil para o Conselho pegar de volta as propostas, avaliar e  
323 cancelar. A seu ver, o encaminhamento teria sido prejudicial à  
324 proposta e ao papel do Conselho. **O Senhor Secretário-Geral do**  
325 **Conselho Nacional de Política Cultural, CNPC, João Roberto**  
326 **Peixe,** informou que o Conselho havia enviado a proposta e que,  
327 inclusive, teria sido a mais completa por ter envolvido todo o projeto  
328 de lei. E na primeira versão trabalhada pelo Deputado Pedro Eugênio  
329 ele teria tomado como base para a versão zero dele a proposta do  
330 Conselho. Isso, também, não significava que ele teria acatado todas  
331 as decisões do Conselho. Mas, que se via pela estrutura do  
332 documento que o arquivo que o deputado começou a trabalhar foi o

333 arquivo que havia sido enviado pela Secretaria-Geral do Conselho.  
334 Depois do trabalho exaustivo que a Conselheira Heloísa havia  
335 comentado anteriormente, este funcionou, tanto que o deputado  
336 trabalhou a partir da versão enviada a ele. Informou, também, que o  
337 problema é que não teria sido, apenas, um documento que o  
338 deputado recebeu como proposta e que a CNIC não havia enviado  
339 um documento como o do CNPC. Havia mandado alguns  
340 posicionamentos que considerava importante, mas não no formato  
341 da lei, com os artigos, incisos, alíneas, como os que haviam sido  
342 mandados pelo CNPC. **O Sr. Charles Narloch, Representante do**  
343 **Segmento de Artes Visuais**, solicitou um aparte na fala do senhor  
344 Secretário dizendo que discordava do posicionamento que ele  
345 estaria falando porque o documento enviado ao Deputado Pedro  
346 Eugênio não teria sido enviado pela CNIC e nem pelo CNPC. Quem  
347 havia feito dois encaminhamentos ao deputado teria sido o  
348 Ministério. Ressaltou que cabia ao MinC ordenar as sugestões das  
349 instâncias numa única versão. Que a versão enviada deveria ter sido  
350 discutida internamente e o Ministério, então, enviasse uma única  
351 versão ao deputado. No seu entendimento, nem a CNIC e nem o  
352 Conselho poderiam ter enviado um documento diretamente ao  
353 deputado, mas, na realidade, tinha que ser enviado pelo Ministério. **O**  
354 **Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política**  
355 **Cultural, CNPC, João Roberto Peixe**, esclareceu dizendo que isso  
356 seria o ideal, mas que não havia sido o real. Informou que havia  
357 dado o esclarecimento ao Conselheiro Paraguassú por entender na  
358 sua fala que ele havia dito que o trabalho feito pelo CNPC teria sido  
359 inócuo. Informou que o deputado havia recebido e que teria sido o  
360 único documento completo e que o deputado teria tomado à versão  
361 enviada pelo CNPC como a versão básica, mas que mesmo assim o  
362 deputado havia feito alterações. Que, por exemplo, a estrutura da  
363 CNIC teria sido acatada. Agora, que os pontos dos recursos do  
364 Fundo e da Renúncia Fiscal o deputado teria uma visão própria. Que  
365 na primeira versão apresentada pelo deputado em Belém ele havia  
366 retirado a questão de que o Fundo não poderia ter recursos inferiores  
367 aos da Renúncia Fiscal e que da Renúncia Fiscal 20% seria  
368 carreado para o Fundo. Informou que o deputado havia acatado  
369 parte das sugestões, colocado questões novas enviadas por outras

370 fontes, que só o deputado poderia esclarecer. Que diante do quadro  
371 que se apresentava o que se poderia fazer seria ter acesso às  
372 informações da versão apresentada pelo deputado e, então, o  
373 Conselho viria qual atitude a ser tomada diante do processo.  
374 Lembrou que o processo tinha um cronograma que estaria sendo  
375 apressado para agilização do PROCULTURA e que o deputado  
376 havia colocado no Seminário de Belém que esperava votar a versão  
377 apresentada na Comissão, para ir para Comissão de Justiça e  
378 Cidadania para depois ir ao Senado. Que qualquer alteração, gestão  
379 teria que ser feita em tempo hábil. **O Senhor Aldenir Paraguassú,**  
380 **Representante do Ministério do Meio Ambiente,** manifestou-se  
381 dizendo que gostaria de fazer uma ressalva com relação à  
382 observação que havia feito. Informou que a observação não teria  
383 sido com relação ao conteúdo porque teria pouco domínio e que a  
384 observação teria sido com relação ao encaminhamento. Que, agora,  
385 a seu ver o Ministério seria mais um perdedor, por não ter mandado  
386 uma proposta consolidada entre todas as instâncias do MinC. E que  
387 quem sabe poderia se tirar um procedimento no futuro. Sugeriu que  
388 os encaminhamentos fossem apreciados pelo Conselho, por ser a  
389 instância maior da definição e aprovação da Política Cultural do  
390 Ministério e que isso servisse de exemplo para encaminhamentos e  
391 procedimentos futuros, até para fortalecer a posição do Ministério  
392 junto ao Congresso Nacional e junto à sociedade. Finalizou dizendo  
393 que esse seria o papel do Conselho. **O Senhor Marcos Olender,**  
394 **Representante do Patrimônio Material,** manifestou-se dizendo que  
395 a fala dos Conselheiros Aldenir e Charles teria ido ao encontro do  
396 que iria falar, mas gostaria de reforçar dizendo que o prejudicado  
397 teria sido o Ministério e gostaria de lembrar aos conselheiros que a  
398 Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, CNIC, teria seus  
399 representantes no Conselho, teria uma posição diferente da que foi  
400 aprovada no Conselho, teria tido um espaço de poder divergir e que  
401 no seu entender a postura da CNIC teria sido pouco democrática,  
402 porque o espaço para a discussão a CNIC teve no Conselho. Disse  
403 ter ficado feliz pelo deputado ter acatado a proposta do Conselho  
404 sobre a composição da CNIC. **O Senhor Secretário-Geral do**  
405 **Conselho Nacional de Política Cultural, CNPC, João Roberto**  
406 **Peixe,** lembrou que o deputado havia aceitado, mas que não era

407 uma coisa definitiva porque não havia entregado, ainda, o relatório  
408 definitivo. **O Senhor Marcos Olender, Representante do**  
409 **Patrimônio Material**, retomando a palavra, ressaltou que as  
410 propostas da CNIC fazem parte de uma possibilidade de ter as  
411 propostas aprovadas com justificativa de que se estaria acatando  
412 uma das posições do Ministério e que isso seria muito ruim,  
413 prejudicaria o Ministério e estaria denotando uma postura pouco  
414 democrática da CNIC por não conseguir acatar uma decisão,  
415 inclusive, discutida por seus membros no Conselho Nacional de  
416 Políticas Culturais. Finalizou dizendo que gostaria de reforçar essa  
417 posição. **A Senhora Coordenadora-Geral do Conselho Nacional**  
418 **de Política Cultura, Maria Helena Signorelli**, manifestou-se  
419 passando a palavra a Senhora Rosa. **A Senhora Rosa Maria**  
420 **Leonardo Coimbra, Representante do Segmento de Dança**,  
421 manifestou-se dizendo que a conversa estaria voltando para os  
422 vários papéis das várias instâncias do Ministério da Cultura. Disse  
423 que todos percebiam o entendimento do Secretário Peixe,  
424 acreditando numa pactuação, no sistema e no papel político do  
425 CNPC. Ressaltou que a lamentação de todos seria em relação a  
426 outras instâncias do próprio Ministério da Cultura, sendo ele a própria  
427 ministra, a Secretária-Executiva ou as suas secretarias. Disse que a  
428 CNIC, que é uma comissão, ainda não havia entendido o seu papel e  
429 que a seu ver seria questão de entendimento dos objetivos de cada  
430 instância. Continuando disse que queria deixar registrado que o  
431 Ministério, não o CNPC, nem a SAI, nem a Secretaria-Geral do  
432 CNPC, mas em relação ao gabinete, ao Ministério como um todo,  
433 ainda não havia entendido qual o papel do Conselho Nacional de  
434 Políticas Culturais. Ressaltou que o Conselho acreditava no Sistema  
435 e que o papel seria no Conselho, que o fórum para discutir políticas  
436 públicas seria o CNPC. Já havia pensado, inclusive, em fazer uma  
437 recomendação à CNIC, mas resolveu não chegar a tanto. **A Senhora**  
438 **Coordenadora-Geral do Conselho Nacional de Política Cultura,**  
439 **Maria Helena Signorelli**, passou a palavra a Alexandra que estaria  
440 substituindo o Secretário Henilton na reunião. **A Senhora Alexandra**  
441 **Luciana Costa, Chefe de Gabinete da SEFIC, Substituta do**  
442 **Secretário Henilton**, manifestou-se ressaltando que o Deputado  
443 Pedro Eugênio havia feito questão de também ouvir a CNIC. Que na

444 oitiva o que havia ficado combinado seria que a CNIC iria apresentar  
445 os pontos que foram debatidos durante a sua reunião em que o  
446 deputado esteve presente, mas que os pontos não eram propostas,  
447 nem soluções em relação a qualquer artigo do projeto de lei.  
448 Prontificou-se a enviar ao Conselho o que havia sido discutido e  
449 ressaltou que foram preocupações com o projeto de lei que havia  
450 sido apresentado, que eram preocupações da comissão com relação  
451 à implementação de alguns pontos. Informou que não havia sido  
452 uma proposta específica, que não havia especificidade com os  
453 artigos do projeto de lei, sendo, apenas, pontos e ponderações que o  
454 deputado havia solicitado para que a comissão encaminhasse com  
455 relação às preocupações com a implantação do projeto de lei.  
456 Informou que gostaria de deixar claro que não havia sido uma nova  
457 proposta. Finalizou dizendo que a intenção do deputado era a de  
458 ouvir de todas as partes, e que não havia acontecido nenhuma  
459 sobreposição e, inclusive, nenhuma contrariedade as propostas  
460 apresentadas pelo CNPC. Por fim, concluiu dizendo que iria  
461 encaminhar o documento ao CNPC para conhecimento de todos e  
462 ressaltou que não havia como a CNIC dizer não a solicitação feita  
463 pelo Deputado Pedro Eugênio. **O Senhor Nilton Aparecido Bobato,**  
464 **Representante do Livro, Leitura e Literatura,** manifestou-se  
465 ressaltando que a CNIC poderia ter dito ao deputado que a posição  
466 do Ministério seria a posição aprovada pelo CNPC. Em seguida  
467 informou que o Conselheiro Charles precisaria se ausentar da  
468 reunião pela manhã e por esse motivo seria conveniente voltar à  
469 pauta. Ressaltou que o tipo de ação ocorrida só estaria afirmando  
470 que precisaria de um debate da relação do MinC com o CNPC. **A**  
471 **Senhora Coordenadora-Geral do Conselho Nacional de Política**  
472 **Cultura, Maria Helena Signorelli,** manifestou-se dizendo que o  
473 Conselheiro Nilton acabara de fazer uma questão de  
474 encaminhamento e que haviam pessoas inscritas. **O Senhor**  
475 **Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural,**  
476 **CNPC, João Roberto Peixe,** solicitou que as inscrições fossem  
477 encerradas e que após as intervenções entraria nos assuntos da  
478 pauta. **A Senhora Eloísa da Silva Galdino, Representante do**  
479 **Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de**  
480 **Cultura,** manifestou-se dizendo que o entendimento que estaria

481 trazendo seria, um pouco, de algumas coisas do Fórum Nacional de  
482 Secretários e Dirigentes de Cultura, ocorrida na última reunião no  
483 Amapá, em que haviam recebido as contribuições da CNIC.  
484 Ressaltou que com relação às colocações que foram feitas no  
485 Conselho com relação à CNIC, seriam pertinentes. Porque se fosse  
486 se considerar o debate existente, no momento, no Congresso  
487 Nacional com relação ao PROCULTURA, causaria estranheza que  
488 CNPC e CNIC, dois órgãos presididos pelo Ministério, não tivessem  
489 uma posição de consenso, ou a posição do órgão que trata da  
490 Cultura no Brasil. Informou que o Fórum de Secretários ficara  
491 bastante confuso na Reunião de Macapá, quando da apresentação  
492 do documento. Ressaltou que o que havia ficado esclarecido é que  
493 ocorreria um debate para unir as contribuições da CNIC, do CNPC e  
494 levá-las a discussão no plenário, o que infelizmente não havia  
495 acontecido. Como consequência disso, o Congresso Nacional  
496 poderia ter criado uma série de interrogações, poderia estar  
497 pensando: Os agentes de cultura não têm uma posição consensual  
498 em relação ao projeto! Ressaltou que isso só faria enfraquecer todas  
499 as instâncias em que se atuava com relação à Cultura no país.  
500 Solicitou que ficasse registrada a posição dos Secretários de Cultura  
501 do país organizados em seu fórum. **A Senhora Coordenadora-**  
502 **Geral do Conselho Nacional de Política Cultura, Maria Helena**  
503 **Signorelli**, passou a palavra ao Conselheiro Washington. **O Senhor**  
504 **Washington da Silva Queiroz, Representante do Patrimônio**  
505 **Imaterial**, manifestou-se cumprimentando a todos. Ressaltou que  
506 estaria desanimado para falar do assunto, porque diversas vezes já  
507 havia se conversado sobre a necessidade de fortalecer o CNPC,  
508 inclusive, com a presença das representações das Secretarias do  
509 MinC. Informou que ninguém poderia colocar em dúvida o empenho  
510 do Secretário Peixe em tentar fazer com que isso acontecesse, coisa  
511 que em outras instâncias se via que não estava acontecendo e que  
512 era lamentável que com a CNIC continuava acontecendo. Disse ser  
513 desagradável estar fazendo essa manifestação no plenário, mas não  
514 poderia deixar de fazer. **A Senhora Coordenadora-Geral do**  
515 **Conselho Nacional de Política Cultura, Maria Helena Signorelli**,  
516 informou que haviam se encerrado as inscrições e com isso poderia  
517 dar encaminhamento a pauta. **O Senhor Aldenir Paraguassú,**

518 **Representante do Ministério do Meio Ambiente**, manifestou-se  
519 dizendo que o assunto abordado seria de grande importância para o  
520 Conselho, para as comissões e demais colegiados vinculados ao  
521 Ministério da Cultura. Sugeriu que se a discussão sobre esse  
522 assunto não fosse discutido na reunião que entrasse na pauta da  
523 próxima reunião, por ser necessário se estabelecer uma forma de  
524 procedimento no Conselho e demais colegiados. Que os  
525 precedentes abertos não contribuam em nada e que quando os  
526 comentários são feitos não seria uma crítica a Secretaria do CNPC,  
527 mas uma crítica aos próprios conselheiros do CNPC por não terem  
528 abordado o assunto no devido momento. Mas como o assunto havia  
529 reaparecido que, então, fosse levado a frente, e que se  
530 recomendasse que fosse incluído na pauta da próxima reunião, para  
531 se saber como se organizará o encaminhamento, os trâmites, a  
532 hierarquia dos colegiados do Ministério. **O Senhor Ivan Ferraro**  
533 **Filho, Representante da Área de Música Popular**, manifestou-se  
534 dizendo que havia retirado a sua fala por conta de se voltar a pauta.  
535 Mas como não havia se retornado a pauta gostaria de colocar algo  
536 para contribuir. Ressaltou que concordando com a posição dos  
537 colegas do Conselho, no sentido de um consenso entre os diversos  
538 entes do Ministério da Cultura para o Plano seria uma coisa  
539 maravilhosa. Informou que havia outros fóruns discutindo o Plano  
540 que não só o CNPC e a CNIC e disse acreditar que o consenso  
541 nacional não aconteceria. E sendo membro do CNPC e sabendo da  
542 dificuldade de se ter no Conselho um consenso, chegar a uma  
543 representação que a sociedade civil teria de interesse, ressaltou que  
544 o Conselho seria só uma representação e não a representação.  
545 Disse que se colocaria menos arrogante em achar que pelo CNPC  
546 deveria passar todas as Políticas de Cultura do Brasil. Ressaltou que  
547 isso seria ótimo se acontecesse, não discordava de forma alguma,  
548 mas que seria impossível no momento. Continuando, disse que em  
549 se tratando da relação da CNIC com o Conselho disse achar que os  
550 conselheiros do CNPC deveriam interferir e exigir uma reunião dos  
551 dois secretários da comissão e do conselho, para fazer um encontro  
552 para acabar com a discussão sobre a validade ou não de uma  
553 participação da CNIC no Plano e que a reunião fosse para apontar  
554 as posições de cada um. Como membro da CNIC, teria certeza de



555 que os membros efetivos da CNIC teriam consciência do que faziam  
556 na CNIC, ressaltando que o se fazia na CNIC era analisar e aprovar  
557 projetos ou negar projetos e que não se fazia Políticas Culturais na  
558 CNIC. Mas que se tratando de mudanças no projeto de lei, a CNIC  
559 teria o direito de optar. Com relação à questão de enviar ao CNPC as  
560 contribuições dadas, disse achar que seria procedente, mas que isso  
561 deveria ser uma questão interna do MinC. A seu ver não se poderia  
562 colocar a CNIC em oposição ao CNPC. Finalizou ressaltando que  
563 seria equivocado colocar a comissão e o conselho em confronto,  
564 porque os dois seriam competentes nas suas ações. E que os dois  
565 teriam direito de optar, pensar, dar opinião, como todo cidadão  
566 brasileiro teria direito de dar opinião sobre a Cultura. Disse que em  
567 vários lugares do Brasil estaria sendo discutido o Plano, que havia  
568 vários interesses no processo e que a discussão estaria sendo  
569 limitada entre a CNIC e o CNPC. **O Senhor Secretário-Geral do**  
570 **Conselho Nacional de Política Cultural, CNPC, João Roberto**  
571 **Peixe**, informou que estava assegurada todas as inscrições e como  
572 o Conselheiro Nilton fez um pedido, a Mesa iria acatar e voltar à  
573 pauta da reunião. Informou que a pauta, depois das explicações  
574 dadas pela Senhora Maria Helena, com relação ao ponto C que, na  
575 verdade, estaria em pauta indevidamente porque ele já havia sido  
576 resolvido na reunião anterior. E o ponto D que era uma Resolução de  
577 Urgência teria ficado em pauta somente para ter a indicação de  
578 quem iria assinar a resolução, porque já havia sido tratada na  
579 reunião anterior e informou que a assinatura seria feita no final da  
580 reunião. Informou que com a exclusão dos dois itens o que havia  
581 restado da pauta seria: A renovação do Conselho Nacional de  
582 Política Cultural, dos Colegiados Setoriais com a implantação dos  
583 dez colegiados, juntamente com os nove já instalados, deveriam ser  
584 constituído para o pleno funcionamento do conselho. Informou que  
585 havia uma Comissão do Sistema, que seria a responsável pela  
586 estrutura de todo o processo, e por isso o tema coube a Comissão  
587 Temática do Sistema Nacional de Cultura. Informou que a comissão  
588 iria apresentar o relatório para o plenário. Informou que o outro ponto  
589 da pauta seria à apreciação das Metas do Plano Nacional de Cultura.  
590 Que de acordo com a programação da pauta a apreciação das metas  
591 seria feita no período da tarde, com a apresentação do relatório pelo

592 Grupo de Trabalho, com as devidas informações da Secretaria de  
593 Políticas Culturais, que seria a secretaria responsável pelo trabalho  
594 no MinC, que o ponto de pauta continuaria no dia seguinte, pela  
595 manhã, aonde se teria as deliberações já com o quórum  
596 estabelecido. Informou que esses seriam os pontos de pauta e mais  
597 os encaminhamentos finais de moções e de recomendações,  
598 incluindo a decisão de qual conselheiro assinaria as recomendações.  
599 Informou que a Conselheira Rosa estaria se propondo assinar e  
600 sugeriu que quando houvesse quórum fosse informado o nome da  
601 Conselheira Rosa. Em seguida perguntou se havia alguma  
602 discordância em relação à proposta de pauta. Informou que nada  
603 poderia ser deliberado na reunião enquanto não houvesse quórum e  
604 que havia duas alternativas: parar a reunião até ter quórum ou  
605 avançar na discussão com os membros presentes e fazer a  
606 deliberação quando houvesse quórum. E por haver um número  
607 grande de conselheiro a seu ver, poderia adiantar a discussão. Em  
608 seguida passou a palavra a Senhora Maria Helena para dar uma  
609 informação. **A Senhora Maria Helena Signorelli, Coordenadora-**  
610 **Geral do CNPC** manifestou-se informando que por garantia havia  
611 consultado a Consultoria Jurídica de que não havia nenhum  
612 problema no Regimento do CNPC, em iniciar e dar desenvolvimento  
613 a reunião, ressaltando que não se poderia fazer qualquer deliberação  
614 até o quórum ser atingido, mas não havia problema em se fazer a  
615 discussão. **O Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de**  
616 **Política Cultural, CNPC, João Roberto Peixe** informou que estava  
617 previsto a reunião ir até 12h30 e sugeriu que começasse a discussão  
618 do primeiro ponto para não haver perda de tempo. Em seguida  
619 chamou os relator e o Presidente da Comissão Temática, o  
620 Conselheiro Ignácio, e relator o Conselheiro Charles para tomarem  
621 assento à Mesa para apresentarem o relatório. Em seguida passou a  
622 palavra ao Senhor Ignácio, Presidente da Comissão Temática. **O**  
623 **Senhor Ignácio José Kornowski, Presidente da Comissão e**  
624 **Representante da Confederação Nacional de Municípios**  
625 manifestou-se cumprimentando a todas conselheiros e conselheiros  
626 e ressaltou que iria ser bem objetivo. Informou que havia recebido a  
627 missão de elaborar uma metodologia para a renovação dos  
628 colegiados do CNPC. E quando a comissão se reuniu viu que o

629 assunto era complexo e não seria de uma hora para outra que se  
630 conseguiria elaborar. E que, então, enquanto iria fazendo o relato, foi  
631 proposto um calendário e também aproveitando duas  
632 recomendações. Disse que gostaria de enfatizar, aproveitando o  
633 gancho da parte da manhã, em relação ao conselho, a  
634 institucionalização do conselho através de um decreto. Informou que  
635 a comissão estaria propondo que houvesse uma reunião para que se  
636 faça através de uma lei, que daria mais força e guarida ao conselho.  
637 Informou que a comissão iria pautar a discussão da metodologia e a  
638 formação, estaria propondo um calendário para que houvesse  
639 discussões mais a fundo e tranquila, devido a complexidade do  
640 assunto. Em seguida passou a palavra ao Conselheiro Charles,  
641 Relator. **O Senhor Charles Narloch, Relator e Representante de**  
642 **Artes Visuais** manifestou-se dizendo que a colocação do presidente  
643 da comissão seria bastante importante, porque da forma como houve  
644 discussões sobre as diferentes atribuições de instâncias, de  
645 pactuação com a sociedade civil dentro do ministério, a CNIC, da  
646 forma como o ministério e os conselhos deveriam conduzir essa  
647 questão é que se chegou à questão, mais uma vez, de que a  
648 legislação era fácil e precisaria ser revista. Que a discussão sobre a  
649 legislação no Sistema Nacional de Cultura, no que se dizia respeito  
650 ao Conselho Nacional de Política Cultural seria extremamente  
651 importante. Que na comissão se chegou à conclusão de que isso  
652 teria ser feito mais rapidamente pelo ministério o quanto antes. E que  
653 em relação à substituição de membros dos colegiados, reconstrução  
654 dos novos colegiados e substituição dos membros do CNPC,  
655 representantes da sociedade civil a situação seria mesma. Ressaltou  
656 dizendo que se houvesse uma legislação já encaminhada, que desse  
657 conta da formalização da metodologia e substituição de membros,  
658 não precisaria estar discutindo mais uma vez uma metodologia que  
659 poderia estar na lei. Disse que a comissão havia sugerido que  
660 quando houvesse a discussão da legislação no Sistema Nacional de  
661 Cultura que fosse garantida a realização além das conferências  
662 nacionais de quatro em quatro anos que, pelo menos, as setoriais ou  
663 fóruns setoriais a cada dois anos. Ressaltou que como todas as  
664 comissões estariam vendo o volume de trabalho que se estaria  
665 assumindo. E que isso era agarrado com muita garra e dedicação,

666 mas que o tempo seria curto. Informou que o material enviado pelos  
667 colegiados só havia chegado à comissão no dia da reunião e por isso  
668 ficaria difícil estabelecer uma metodologia numa reunião com  
669 duração de um dia. E que foi entendido pela comissão que não  
670 poderia ser só pela comissão. Em seguida passou a relatar o  
671 Relatório da Comissão. Informou ao plenário que o Grupo de  
672 Trabalho de proposto não seria um grupo só do conselho, pois a  
673 comissão estaria propondo que o Sistema MinC também se reunisse  
674 com as diferentes instâncias, porque a participação delas seria  
675 fundamental na metodologia a ser definida. Informou que o Grupo de  
676 Trabalho teria que ser um grupo misto possibilitando a todos  
677 participarem da discussão. Citou as vinculadas usando como  
678 exemplo a FUNARTE com os seus diversos segmentos, ou o IPHAN,  
679 o IBRAM. E que em 12 de janeiro de 2012 haveria uma reunião do  
680 Grupo de Trabalho com a Comissão Temática do Sistema Nacional  
681 de Cultura, para a elaboração final da proposta a ser encaminhada  
682 ao plenário do CNPC. Ressaltou a importância do Grupo de Trabalho  
683 do MinC, porque o MinC poderia ter algumas limitações ao que se  
684 estaria pensando. Informou que o Grupo de Trabalho do MinC  
685 trabalhava paralelamente com a Comissão. Ressaltou que a  
686 comissão propôs que o Grupo fizesse o trabalho no ministério. Que  
687 havia solicitado também que a Reunião do CNPC acontecesse no  
688 final de fevereiro e nessa reunião haveria a deliberação sobre a  
689 metodologia discutida pela comissão temática e pelo grupo do MinC.  
690 Depois fevereiro de 2012 a abril de 2012 as mobilizações em todo  
691 país, de acordo com o que for aprovado no plenário do CNPC. Então,  
692 após a Reunião do CNPC. E de abril a junho o processo de  
693 renovação dos colegiados setoriais e do plenário do CNPC. Que em  
694 seguida a comissão partiu para o item dos critérios e haviam se  
695 deparado com toda documentação vinda do colegiado, a qual não  
696 coube tempo hábil para ser analisada. Porque o tempo era curto e a  
697 comissão tinha que apresentar uma proposta mínima para ser  
698 aprovada no CNPC. E que no caso, em, tão, a comissão optou por  
699 discutir critérios gerais, critérios macros, que pudessem ser pensado  
700 para todos os colegiados. Tantos os já existentes quanto os em  
701 formação. Informou que optaram por trazer algumas propostas para  
702 comissão sendo: 1) *A eleição nos colegiados deverá ocorrer nos*

703 *Fóruns Setoriais Nacionais de cada segmento representado no*  
704 *CNPC em Brasília. O Senhor Ignácio José Kornowski, Presidente*  
705 **da Comissão e Representante da Confederação Nacional de**  
706 **Municípios** manifestou-se dizendo ao Conselheiro que a comissão  
707 também havia se deparado com o problema do tempo, só que não  
708 havia outro caminho. Que teria que haver uma fórmula de haver a  
709 concretização. **O Senhor Charles Narloch, Relator e**  
710 **Representante de Artes Visuais** por questão de ordem solicitou a  
711 Mesa que fosse finalizado o relato para depois abrir a discussão,  
712 porque algumas questões poderiam estar mais a frente. **A Senhora**  
713 **Maria Helena Signorelli, Coordenadora-Geral do CNPC**  
714 manifestou-se dizendo que pela Mesa tudo bem e perguntou se  
715 alguém via algum problema no encaminhamento. Em seguida  
716 solicitou que o Conselheiro Charles continuasse o relato. **O Senhor**  
717 **Charles Narloch, Relator e Representante de Artes Visuais**  
718 sugeriu que os conselheiros anotassem os destaques de alteração  
719 que gostariam de fazer. Continuando. 2) *Participação dos Fóruns*  
720 *Setoriais Nacionais três delegados de cada Estado da federação e*  
721 *do Distrito Federal eleitos, preferencialmente, em Fóruns Setoriais*  
722 *Estaduais organizados e coordenados pelo MinC e sua vinculadas.*  
723 Informou que o “preferencialmente” não fechava a questão porque  
724 existia outros colegiados que estariam propondo outras formas. 3)  
725 *Os atuais membros titulares e suplentes dos colegiados setoriais e*  
726 *membros do CNPC são delegados natos para participarem dos*  
727 *Fóruns Setoriais Nacionais. 4) As eleições dos delegados aos Fóruns*  
728 *Setoriais Nacionais deverão ser preferencialmente presenciais, em*  
729 *Fóruns Setoriais organizados em cada Estado da Federação e do*  
730 *Distrito Federal. 5) Os candidatos a delegados da sociedade civil e*  
731 *membros dos colegiados setoriais devem ter atuação reconhecida no*  
732 *segmento cultural específico como agente cultural, mediador,*  
733 *liderança local ou regional. 6) Na eleição dos membros da sociedade*  
734 *civil não poderão votar ou serem votados servidores e agentes*  
735 *públicos do Ministério da Cultura e das suas instituições vinculadas.*  
736 *7) Não poderão ser eleitos pela sociedade civil aqueles*  
737 *representantes que já tenham sido reconduzidos uma vez em*  
738 *atendimento ao Regimento do CNPC. 8) Para participar do processo*  
739 *de eleição dos delegados e dos representantes dos colegiados,*

740 *como eleitores ou candidatos os interessados deveram realizar*  
741 *cadastro prévio pela internet, em portal aberto implantado pelo MinC,*  
742 *amplamente divulgado nos portais do ministério e de todas as suas*  
743 *vinculadas. O cadastramento deverá assegurar critérios definidos*  
744 *para cada segmento. Considerações e Recomendações Finais.1) A*  
745 *Comissão iniciou a discussão sobre a metodologia a ser adotada na*  
746 *renovação dos colegiados considerando os critérios amplos.*  
747 *Reiterando a necessidade de definição de critérios específicos para*  
748 *cada segmento cultural. 2) Deve-se incluir na pauta da comissão,*  
749 *bem como da próxima reunião ordinária do CNPC a necessidade de*  
750 *rediscussão urgente sobre a Elaboração do Projeto de Lei do*  
751 *Sistema Nacional de Cultura que contempla a estruturação do*  
752 *próprio CNPC de modo a alterar a frágil situação que o mesmo se*  
753 *encontra, em virtude do fato do mesmo ser regulamentado apenas*  
754 *por decreto. Em seguida pergunto se o Presidente Ignácio teria mais*  
755 *alguma colocação. **O Senhor Ignácio José Kornowski, Presidente***  
756 **da Comissão e Representante da Confederação Nacional de**  
757 **Municípios** manifestou-se dizendo que essas seriam as colocações,  
758 que a discussão seria ampla e solicitou a Mesa que desse início a  
759 discussão, a fala dos inscritos que gostariam de fazer suas  
760 ponderações. **O Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional**  
761 **de Política Cultural, CNPC, João Roberto Peixe** consultou a Mesa  
762 se seria melhor, já que eram quase 12h30, cumprir o horário e  
763 retomar no horário previsto com o debate para não perder a  
764 sequência e haveria um tempo para as pessoas amadurecerem as  
765 informações que haviam recebido. Perguntou se havia concordância.  
766 **A Senhora Maria Helena Signorelli, Coordenadora-Geral do**  
767 **CNPC** manifestou-se dizendo os inscritos seriam: Washington,  
768 Nilton, Marcos, Du Oliveira, Jefferson, Paraguaçu e Isaac. **O Senhor**  
769 **Ignácio José Kornowski, Presidente da Comissão e**  
770 **Representante da Confederação Nacional de Municípios**  
771 manifestou-se dizendo achar importante que os conselheiros da  
772 comissão poderiam se manifestar se quisessem. **O Senhor**  
773 **Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural,**  
774 **CNPC, João Roberto Peixe** informou que o retorno a reunião seria  
775 às 14h. **A Senhora Maria Helena Signorelli, Coordenadora-Geral**  
776 **do CNPC** manifestou-se dizendo que o Conselheiro Paraguassú

777 havia pedido um tempo para prestar os informes do Grupo de  
778 Trabalho sobre o Circo. Perguntou ao plenário se poderiam ouvir os  
779 informes do conselheiro. Em havendo concordância passou a  
780 palavra ao Conselheiro Paraguassú. **O Senhor Aldenir**  
781 **Paraguassú, Representante do Ministério do Meio Ambiente**  
782 manifestou-se lembrando que na reunião passada já havia sido  
783 anunciada a instalação do Grupo de Trabalho Interministerial,  
784 recomendado pelo CNPC, formado por representantes do Ministério  
785 do Meio Ambiente, Ministério da Cultura e suas respectivas  
786 vinculadas e mais representantes do CNPC. Com base na Portaria  
787 Interministerial nº 74, de 05 de agosto, publicado no Diário Oficial de  
788 08 de agosto. Informou que havia acontecido a primeira reunião,  
789 onde foram feitas algumas recomendações que já haviam sido  
790 informadas em plenário do CNPC, na reunião passada. Continuando  
791 informou que se tentou fazer uma nova reunião, mas dada a  
792 impossibilidade, principalmente, dos representantes da área de  
793 Circo, não foi possível a realização da segunda reunião. Informou  
794 que dali a 10 dias venceria o prazo de 120 dias estabelecido pela  
795 portaria. E que conseqüentemente nos próximos dez dias não  
796 haveria nem condições, nem clima, nem possibilidade para ser feita  
797 outra reunião para a conclusão dos trabalhos e com isso haveria a  
798 necessidade de fazer outra portaria prorrogando o prazo, que só  
799 poderia ser por mais uma vez. Continuando sugeriu que os membros  
800 interessados que não fossem vinculados ao Poder Público tanto do  
801 Ministério da Cultura e Ministério do Meio Ambiente, se esforçassem  
802 para participarem das reuniões dos grupos técnicos para tratarem do  
803 assunto. Finalizou dizendo que gostaria de fazer um esclarecimento.  
804 Ressaltou que o grupo técnico não iria deliberar em absolutamente  
805 nada, por não ter autoridade para tal. Que o grupo técnico iria  
806 estabelecer e sugerir recomendações ao conselho para que o  
807 conselho encaminhasse ao Congresso Nacional onde o assunto  
808 estaria sendo debatido. Disse haver inúmeras interpretações  
809 equivocadas, que o Ministério da Cultura e o Ministério do Meio  
810 Ambiente haviam recebido milhares de emails a favor e contra e por  
811 isso seria importante que os dois ministérios estivessem coesos e  
812 conformidade no que tangia aos trabalhos e atribuições do grupo  
813 técnico. Informou que o grupo técnico seria um grupo para oferecer

814 subsídios ao Congresso Nacional. Sugeriu que essa era uma  
815 recomendação que os dois ministérios poderiam fazer em suas  
816 páginas, para evitar uma pressão desmedida dos a favores e dos  
817 contras. Finalizou dizendo que gostaria que ficasse registrado em ata  
818 que certamente se teria que fazer uma nova portaria sugerindo a  
819 prorrogação, uma vez que não foi concluído o trabalho recomendado  
820 pela Portaria nº 54. **A Senhora Maria Helena Signorelli,**  
821 **Coordenadora-Geral do CNPC** manifestou-se informando ao  
822 Conselheiro Paraguassú que havia ficado registrado. **O Senhor**  
823 **Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural,**  
824 **CNPC, João Roberto Peixe** informou que a reunião iria ser  
825 suspensa e retonaria às 14h para a discussão do relatório  
826 apresentado pela manhã. ALMOÇO. RETORNO. **O Senhor**  
827 **Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural,**  
828 **CNPC, João Roberto Peixe** manifestou-se dizendo que iria dar um  
829 prazo de 15 minutos para reiniciar a reunião. Solicitou que os  
830 Senhores Ignácio e Charles retomassem seus lugares à Mesa. **O**  
831 **Senhor Washington da Silva Queiroz, Representante do**  
832 **Patrimônio Imaterial** manifestou-se informando que a sua  
833 observação era uma só, mas que permeava todo o texto. Informou  
834 que já havia chamado a atenção do Relator Chaves, pela manhã,  
835 com relação ao assunto. Informou que o texto da forma que estava  
836 redigido estaria excluindo os colegiados que ainda estariam sendo  
837 instalados. Sugeriu que na pauta apresentada no início da reunião,  
838 no item “Elaboração de Metodologia para a Renovação..” sugeriu  
839 que fosse incluso “... e instalação...” E sugeriu que em todo  
840 documento onde estivesse só a renovação acrescentar “...a  
841 instalação.” E no item: Critérios Gerais Propostos para a Eleição dos  
842 Novos Membros dos Colegiados, sugeriu que fosse incluso no item  
843 2, fosse incluído: “... os delegados que compõem os GTs dos  
844 Colegiados em Processo de Instalação.” Sugeriu que no item 3 se  
845 acrescentasse: “... e os representantes dos GTs pró-instalação dos  
846 Colegiados Setoriais.” Finalizou dizendo que essas seriam as suas  
847 observações. **O Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional**  
848 **de Política Cultural, CNPC, João Roberto Peixe** manifestou-se  
849 esclarecendo que os colegiados haviam sido eleitos nas pré-  
850 conferências e que os membros dos GTs seriam convidados, que



851 eles não seriam membros nem do conselho e nem de colegiados, já  
852 que os mesmos não estariam instalados. E que a questão precisaria  
853 ficar clara, porque na realidade os membros dos GTs não seriam  
854 delegados. Seriam membros convidados dos GTs. **O Senhor**  
855 **Washington da Silva Queiroz, Representante do Patrimônio**  
856 **Imaterial** manifestou-se informando que a observação do Secretário  
857 Peixe seria pertinente e que seria precisa, mas que não via como ser  
858 de outra forma já que não havia tempo para que houvesse a  
859 participação. E que se não fosse dessa forma os colegiados que não  
860 haviam sido instalados ficarão de fora. **O Senhor Secretário-Geral**  
861 **do Conselho Nacional de Política Cultural, CNPC, João Roberto**  
862 **Peixe** manifestou-se esclarecendo que os colegiados ficariam de  
863 fora porque não existia colegiado. Esclareceu que o que o  
864 Conselheiro Washington estaria propondo era que os membros dos  
865 GTs, que não são colegiados, entrassem na redação. Ressaltou que  
866 esse tipo de situação precisaria ficar bem esclarecida. Que o  
867 Conselheiro Washington estaria propondo que também fossem  
868 delegados natos os membros dos GTs constituídos para a instalação  
869 dos colegiados. **O Senhor Washington da Silva Queiroz,**  
870 **Representante do Patrimônio Imaterial** manifestou-se informando  
871 que seria exatamente essa a proposta. **O Senhor Charles Narloch,**  
872 **Relator e Representante de Artes Visuais** informou que iria fazer  
873 uma proposta de encaminhamento, que estaria anotando as  
874 propostas apresentadas pelo conselheiro e depois ao final, com a  
875 concordância da Mesa, colocaria em votação as propostas sugeridas  
876 e se prontificou a apresentar um novo texto. **O Senhor Secretário-**  
877 **Geral do Conselho Nacional de Política Cultural, CNPC, João**  
878 **Roberto Peixe** manifestou-se dizendo que a votação só poderia ser  
879 feita quando houvesse quórum. Mas que já podia apresentar.  
880 Sugeriu que fosse seguida a ordem de inscrição e passou a palavra  
881 ao Conselheiro Nilton. **O Senhor Nilton Aparecido Bobato,**  
882 **Representante do Livro, Leitura e Literatura** iniciou a sua fala  
883 dizendo ter uma série de dúvidas em todo o processo. Informou que  
884 havia acontecido uma discussão no colegiado e que precisaria  
885 defender a posição do colegiado e que seria diferente da posição  
886 apresentada pela comissão. Informou que o Colegiado do Livro,  
887 Leitura e Literatura vivia sobre um decreto e o novo decreto poderia

888 resolver a situação. Informou que iriam fazer uma mobilização  
889 nacional no início do ano e que obrigatoriamente teriam que fazer  
890 outra ao final do ano ou no mais tardar no início de 2013. Informou  
891 não ser favorável ao fato de fazer qualquer mobilização no mês de  
892 janeiro pelo esvaziamento que ocorreria. E que estaria se  
893 perguntando como seria a eleição dos delegados nos estados, como  
894 isso seria feito. Disse morrer de medo em que se aprovasse alguma  
895 situação em que viesse completamente esvaziado. E que fosse  
896 restringido a um número pequeno de pessoas que estivessem  
897 acompanhando o processo de mobilização. Informou que no caso a  
898 consequência seria a perda da oportunidade de se ampliar o debate.  
899 E que o problema seria: como fazer para a mobilização ser ampla  
900 realmente. Que no caso havia algumas sugestões como trabalhar  
901 com internet. Ressaltou que já se estaria em dezembro, que já se  
902 teria que ter uma comissão funcionando ainda no mês de dezembro,  
903 para se elaborar um mapa e para ter a condição de saber. Sugeriu  
904 que deveria ter uma comissão do MinC na presente reunião para dar  
905 algumas respostas técnicas. Perguntou se seria possível, porque  
906 para deliberar precisaria de algumas respostas. Que em segundo  
907 lugar gostaria de deixar registrado, de novo, a proposta do Colegiado  
908 do Livro, Leitura e Literatura que seria: Estender os mandatos até o  
909 final do ano, não seria até junho, é um pouco diferente, manter a  
910 regularidade funcional do atual conselho e fazer o processo após o  
911 período eleitoral de 2012, que terminaria em outubro, novembro,  
912 onde seria organizado todo o processo, já seriam feitas as pré-  
913 conferências para a Conferência Nacional de Cultura de 2013, faria  
914 todo o processo de renovação e se instalaria os colegiados que  
915 estariam faltando por decreto, mantendo o atual conselho. 3)  
916 Informou que o item 2 dos Critérios, não se poderia levar em  
917 consideração: "...participarão dos Fóruns Setoriais Nacionais três  
918 delegados de cada estado da federação e Distrito Federal." Informou  
919 não saber da realidade de todos os colegiados, que o Colegiado do  
920 Livro, Leitura e Literatura se organizava pelas suas cadeias. E que  
921 se caso aplicasse o item o colegiado estaria elegendo um de cada  
922 um dos setores por estado. E com isso, a seu ver, não representaria  
923 o processo. E que no caso se fosse trabalhar com esse estrutura  
924 teria que ser: ... três delegados por cadeia representativa no

925 colegiado ou de acordo com a estrutura dos colegiados.” Ressaltou  
926 que dessa forma iria se reduzir demais a representação para um  
927 fórum de grande importância. Ressaltou que a sua proposta, então,  
928 seria: três delegados de cada cadeia representativa dentro do  
929 colegiado. Continuando informou que no item 6: “...na eleição dos  
930 membros da sociedade civil não poderão votar ou serem votados  
931 servidores, agentes públicos do Ministério da Cultura...” . **O Senhor**  
932 **Charles Narloch, Relator e Representante de Artes Visuais** por  
933 questão de ordem perguntou ao Conselheiro Nilton se ele estaria  
934 propondo que num colegiado com quatro áreas a participação seria  
935 de doze delegados por estado. **O Senhor Nilton Aparecido Bobato,**  
936 **Representante do Livro, Leitura e Literatura** esclareceu que seria  
937 isso mesmo e sugeriu que o Conselheiro Charles anotasse para que  
938 depois fosse feita a discussão de como seria. Continuando disse que  
939 no item 6: “...na eleição dos membros da sociedade civil não poderão  
940 votar ou serem votados servidores, agentes públicos do Ministério da  
941 Cultura e de suas instituições vinculadas.” Informou que gostaria de  
942 incluir: ...os dirigentes de municípios e de estados.” **O Senhor**  
943 **Charles Narloch, Relator e Representante de Artes Visuais**  
944 questionou se seriam com sociedade civil. **O Senhor Nilton**  
945 **Aparecido Bobato, Representante do Livro, Leitura e Literatura**  
946 esclareceu que seria isso mesmo e que, inclusive, na última  
947 conferência teria havido problemas. Informou que a sua pré-  
948 conferência teve que ser feita duas vezes porque foi descoberto que  
949 uma pessoa que havia votado seria dirigente de uma Fundação  
950 Cultura e não podia. Continuando sugeriu que esse tipo de coisa  
951 teria que ficar claro. Ressaltou que se os servidores dos estados e  
952 municípios fossem impedidos de votar haveria problemas. Que no  
953 caso estaria incluindo os três níveis de governo, os entes federados,  
954 estados, municípios, União. **O Senhor Marcos Olender,**  
955 **Representante do Patrimônio Material** ressaltou que já se sentia  
956 contemplado com a fala dos Conselheiros Washington e Nilton.  
957 Informou que concordava também com o fato de ter que se pensar  
958 sempre nos GTs e não só nos colegiados. E que também que, no  
959 caso, dos grupos de trabalho, os membros do grupo estarem  
960 fazendo um trabalho heroico de construção dos colegiados deveriam  
961 ser considerados delegados natos dos Fóruns Setoriais. Mesmo

962 havendo uma diferenciação entre os membros dos grupos, inclusive,  
963 entre membros de vários grupos. Continuando informou que quanto  
964 à questão do prazo disse concordar com o Conselheiro Nilton, e que  
965 se estivesse previsto Fórum Setorial para 2013, então, talvez, fosse  
966 melhor adiar para dali a seis meses a renovação. Para dar  
967 oportunidade para os grupos de trabalho de instalação de  
968 colegiados. E que fazendo dessa forma se gastaria a energia num só  
969 momento. Sugeriu que se estendesse o mandato dos atuais  
970 conselheiros e como base se teria os colegiados na ampla totalidade.  
971 E que uma terceira coisa seria com relação aos três membros,  
972 colocados pelo Conselheiro Nilton. Disse não concordar e que a sua  
973 proposta seria: "...três delegados por Estado...". Informou que  
974 gostaria de fazer uma consideração. Informou que o seu grupo de  
975 trabalho teve como representante do CNPC a Senhora Maria Helena,  
976 que seria egressa do Colegiado Livro, Leitura e Literatura, e que  
977 através dela puderam ser informados de toda a estrutura do  
978 colegiado, como que ele se constituía com a questão das três  
979 cadeias. Mas o que havia sido levantado era que não  
980 necessariamente todo colegiado setorial irá ser estruturado em três  
981 cadeias. Ressaltou dizendo que a seu ver a agregação dependeria  
982 da especificidade de cada área. Que nesse sentido consideraria que  
983 fossem três representantes por Estado e que cada um se adequasse  
984 de acordo com a sua especificidade. **O Senhor Juscelino Alves de**  
985 **Oliveira (Du Oliveira), Representante da Música Erudita**  
986 manifestou-se dizendo que abria mão de sua fala porque já sentia  
987 contemplado. **O Senhor Jeferson Dantas Navolar, Representante**  
988 **da Arquitetura e Urbanismo** disse estar muito preocupado com  
989 calendário que estaria sendo proposto. Porque o prazo seria o  
990 grande inimigo. Porque a reunia, até o momento, não teria quórum  
991 para deliberação. Questionou como é que iria deliberar ações para  
992 acontecerem em janeiro ou fevereiro senão iria haver outra reunião  
993 ordinária! Que nesse caso estariam todos engessados de novo. Que  
994 iria se avançar numa situação em 2012 entre com e sem colegiado.  
995 Ressaltou que todos sabiam da responsabilidade que isso acarretava  
996 nos representantes em relação à sociedade. Continuando informou  
997 que gostaria de fazer uma sugestão à coordenação e ao relator,  
998 quando no item Critérios, no item 2) "...a participação nos fóruns com

999 organização e coordenação do MinC e suas vinculadas.” Informou  
1000 sentir uma dificuldade na realização do item nesse formato, sem a  
1001 participação da sociedade civil. Ressaltou que no Paraná não havia  
1002 vinculadas. Que teria, apenas, uma representação do IPHAN, um  
1003 escritório mínimo, cheio das suas atividades e no caso dar a ele essa  
1004 atribuição, poderia causar certa desestabilidade a ele. Disse ser  
1005 necessário que se incluísse na capacidade de organizar e coordenar,  
1006 a sociedade civil de alguma maneira. Que no caso dos arquitetos  
1007 esse ano e os últimos anos teria sido de mobilização, estariam  
1008 absolutamente organizados e que se tivessem autonomia de realizar  
1009 os fóruns que fariam independente de convocação do MinC.  
1010 Informou que as cinco entidades nacionais estariam absolutamente  
1011 alinhadas, com os seus representantes, seus grupos temáticos e só  
1012 precisaria ser criado mais um grupo temático dentro das cinco  
1013 entidades nacionais que poderiam fazer esse serviço no sentido de  
1014 colaborar com o MinC e com o plenário. **O Senhor Aldenir**  
1015 **Paraguassú, Representante do Ministério do Meio Ambiente**  
1016 manifestou-se questionando se já havia quórum. Onde lhe foi  
1017 informado que ainda não. Informou que o seu destaque também  
1018 seria com relação ao calendário e disse achar complicado o  
1019 calendário que iria de dezembro a fevereiro. Sugeriu que o  
1020 calendário fosse repensado e que se encontrasse uma alternativa  
1021 com um índice de probabilidade de se adotar as medidas. Em  
1022 seguida consultou o relator se no calendário, na lista de Critérios  
1023 Gerais, itens 1, 4 e 8 não mereceria ter uma indicação temporal de  
1024 quando poderiam ser executados, ou seja, não mereceriam um  
1025 calendário também. Disse concordar com o Conselheiro Nilton, de  
1026 novo, sobre o item 6, a inclusão de: “...estados e municípios...” E que  
1027 sugeriria a mesma coisa para o item 8: “... que fossem incluídos nas  
1028 redes e nos sites de estados e municípios.” E por último no que item  
1029 de considerações e recomendações não se saberia dizer se caberia,  
1030 ou se seria o momento, mas acrescentaria no item 2 uma  
1031 recomendação ao CNPC, transformaria numa recomendação ao  
1032 CNPC. Recomendação, Requerimento ou Moção, pois não sabia o  
1033 nome a se dar. E que teria tudo haver em grande parte com a  
1034 conversa que havia acontecido pela manhã. **O Senhor Charles**  
1035 **Narloch, Relator e Representante de Artes Visuais** esclareceu

1036 que o item 2 estaria falando da problemática da legislação do  
1037 sistema e propõe que isso seja incluído na próxima pauta. Por isso  
1038 teria sugerido que fosse um requerimento, por tratar especificamente  
1039 de uma pauta. **O Senhor Aldenir Paraguassú, Representante do**  
1040 **Ministério do Meio Ambiente** informou que gostaria de tirar dali e  
1041 colocar em outro lugar para dar mais ênfase. Que no caso, então,  
1042 fosse um requerimento. **O Senhor Isaac William Farias Loureiro,**  
1043 **Representante das Culturas Populares** manifestou-se  
1044 cumprimentando a todos. Informou que sobre as propostas do grupo,  
1045 perguntou a Conselheiro Charles se havia tido acesso ao relato do  
1046 Colegiado de Culturas Populares, porque o colegiado havia  
1047 detectado uma ausência no texto, que seria uma preocupação do  
1048 colegiado, quando do processo de participação das pessoas nas  
1049 etapas estaduais, que fosse visto como alternativa o acesso virtual,  
1050 porque para as Culturas Populares não seria grande vantagem  
1051 limitar o cadastro ou a participação das pessoas só pelo meio virtual.  
1052 Informou que havia acontecido muitos problemas no processo de  
1053 escolha dos delegados para a Pré-Conferência Setorial, justamente  
1054 pela dificuldade do acesso ao virtual, para os mestres, para os  
1055 fazedores de Cultura Popular nos centros urbanos já seria  
1056 complicado o acesso, no interior seria pior ainda. E ressaltou que a  
1057 Cultura Popular estaria em todos os interiores. Sugeriu que se  
1058 pensasse numa ferramenta, num instrumento que pudesse funcionar,  
1059 sugeriu o funcionamento da articulação federativa, para ver como as  
1060 prefeituras e governos estaduais poderiam favorecer o acesso, ou a  
1061 inscrição. A outra questão seria no sentido da preocupação mais  
1062 federativa. Que o GT estaria recomendando que o MinC e as  
1063 vinculadas se responsabilizassem pela realização das etapas  
1064 estaduais de cada categoria. Informou que essa proposta havia sido  
1065 discutida no seu colegiado, que eles haviam apresentado a proposta,  
1066 mas a resposta obtida dos representantes do MinC é que era inviável  
1067 porque o ministério entendia que a realização das etapas estaduais  
1068 ou municipais, se houvesse, serão de responsabilidade dos governos  
1069 dessas esferas. E que o MinC não iria assumir essa  
1070 responsabilidade. Que no máximo poderia estar assumindo, se fosse  
1071 o caso, a responsabilidade de âmbito macrorregional. Que é uma  
1072 esfera coberta pela União. Ressaltou que o colegiado havia

1073 levantado uma preocupação de que se fosse desse modo muitos  
1074 estados não iriam ter as suas etapas com o apoio dos governos  
1075 estaduais. Por conta da dificuldade política, da situação política  
1076 heterogênea, cada estado tendo a sua realidade. E que pelo  
1077 entendimento de alguns gestores poderia ter ou não apoio. Eles  
1078 poderiam dizer que seria uma iniciativa do Ministério da Cultura,  
1079 havia acontecido isso na Conferência Nacional onde eles haviam  
1080 virado as costas mesmos, dizendo que seria uma iniciativa do  
1081 Governo Federal, Ministério da Cultura, que se quisesse iria ao  
1082 estado fazer as coisas acontecerem. E essa era a preocupação do  
1083 Segmento de Culturas Populares, por toda a especificidade do  
1084 segmento. Ressaltou que existiam realidades que precisariam ter o  
1085 apoio do estado, dos governos para poder viabilizar, senão poderia  
1086 se excluir e dizer que estaria aberta a participação. Mas que a  
1087 participação não seria abrir só a possibilidade de se participar. Seria  
1088 favorecer as condições para as pessoas efetivamente participarem,  
1089 porque senão se estaria brincando de participação e não estaria se  
1090 garantindo a verdadeira participação. E reiteraria também a  
1091 deliberação do colegiado de sentir necessidade de haver mais uma  
1092 reunião, uma previsão para que acontecesse em abril, porque ainda  
1093 teriam muitas coisas a serem avaliadas. E por esse motivo era  
1094 necessário haver uma reunião extraordinária para se discutir o  
1095 processo de renovação, criar regulamento, pactuar um regulamento  
1096 que pudesse fazer a divulgação, para ajudar na mobilização nas  
1097 regiões. **A Senhora Rosa Maria Leonardo Coimbra,**  
1098 **Representante da Dança** manifestou-se dizendo que fazia parte da  
1099 comissão e que ao escutar cada um ficou muito feliz porque todas às  
1100 colocações feita, a comissão chegou também a concordar e que em  
1101 termos de conteúdo se estaria pensando igual. Mas gostaria de  
1102 deixar alguns esclarecimentos: 1) Em relação à pauta que foi para os  
1103 colegiados e para os grupos de estudar e analisar e sugerir a  
1104 metodologia para os seus setores. Gostaria de lembrar que na  
1105 reunião dos colegiados e dos grupos teria como pauta, também, as  
1106 Metas, que no caso estaria falando pela Dança, disse desconhecer  
1107 se em outras áreas também acontecera a mesma coisa, isso é as  
1108 análises teriam sido feitas muito próximas, que o tempo havia sido  
1109 maior para as Metas do Plano Nacional porque a resposta teria que

1110 ser imediata. Havia um prazo a ser cumprido. E que dava para sentir,  
1111 até pelas sugestões dos colegiados e dos grupos, que não houvera o  
1112 tempo ideal para cada colegiado realmente pudesse sugerir  
1113 respeitando as suas especificidades. Por isso que a comissão teria  
1114 colocado como consideração final, dizendo, que até deveria haver  
1115 uma definição de critérios específicos de cada setor, pela forma de  
1116 organização ser totalmente distinta, sendo que cada setor teria uma  
1117 maneira de se organizar. Ressaltou que teria que ser respeitada  
1118 essa maneira, para não se correr o risco de podar o que a área teria  
1119 de melhor. E que o que havia sido colocado sobre instalação de  
1120 novos, teria a impressão que seria no momento só de aprovar,  
1121 porque na hora que foi redigido havia ficado de fora. Mas que isso já  
1122 era pensamento da comissão. E que não haveria problema em se  
1123 acolher as lembranças que todos tiveram. Continuando disse se  
1124 sentir preocupada com a questão do calendário. Informou que o  
1125 calendário sugerido, na verdade, havia sido um calendário proposto  
1126 pelo ministério que levou á comissão. E que a comissão havia  
1127 pensado na possibilidade de prorrogar o mandato dos conselheiros,  
1128 mas que não havia a segurança, como comissão, de que isso  
1129 poderia ser feito politicamente, sem interesse. Disse concordar com  
1130 o Conselheiro Nilton com relação a essa questão do calendário. E  
1131 que a comissão teria o entendimento igual ao que todos haviam  
1132 colocado. Continuando disse que a sua preocupação seria a mesma  
1133 do Conselheiro Aldenir que era a de como isso seria deliberado. **O**  
1134 **Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política**  
1135 **Cultural, CNPC, João Roberto Peixe** manifestou-se dizendo que  
1136 havia se inscrito para colocar alguns pontos importantes para se ter  
1137 como referência. 1) Que não se poderia mais pensar o CNPC de  
1138 forma isolada, pois ele seria uma instância do Sistema Nacional de  
1139 Cultura. Inclusive quando da colocação da questão da lei do Sistema  
1140 Nacional de Cultura, pois a lei já estaria na fase final de análise na  
1141 CONJUR, que estaria na última rodada de acertos para ter a  
1142 formatação final do projeto de lei, por haver uma necessidade muito  
1143 grande de o processo ser enviado ao Congresso, para estar baseado  
1144 e fundamentado no documento básico aprovado pelo CNPC em  
1145 2009. Informou que seria agendado com a CONJUR um fechamento  
1146 do processo. Ressaltou que ali estaria não somente o conselho, mas



1147 todas as instâncias, todos os componentes do Sistema Nacional de  
1148 Cultura. E que no caso precisaria ver o conselho dentro do contexto  
1149 maior. E que depois no interior do conselho teria que se ver às  
1150 diversas instâncias participantes do próprio conselho. Continuando  
1151 falou que estava existindo uma grande confusão com relação ao  
1152 calendário. Informou que isso estaria assegurado na proposta do  
1153 projeto de lei, como estaria no decreto, que o mandato do conselho  
1154 seria de dois anos e conseqüentemente dos colegiados também.  
1155 Que, então, se tornaria necessário ter um encontro, que estaria  
1156 sendo denominado de Fórum Nacional Setorial dentro da própria  
1157 estrutura do sistema, dentro do conselho, aonde irá se reunir a cada  
1158 dois anos para discutir as políticas e escolher os representantes no  
1159 Conselho Nacional de Política Cultural, nos Colegiados Setoriais e,  
1160 inclusive, se o PROCULTURA for aprovado na forma proposta  
1161 incluir, também, o representante da CNIC. Continuando informou que  
1162 o Fórum Nacional Setorial seria a chave porque iria fazer uma  
1163 discussão a partir de uma legitimidade de participação maior  
1164 nacional para escolher todas as representações setoriais. Informou  
1165 que existia um calendário para isso, que não funcionaria a coisa da  
1166 pré-conferência com a conferência por ser diferente. Informou que o  
1167 mandato do CNPC e dos colegiados havia iniciado em 2010 com o  
1168 término previsto de encerramento em abril de 2012. E que caso a  
1169 conferência iria se realizar em 2013, a Conferência Nacional no final  
1170 do ano, em novembro ou dezembro. E que as conferências setoriais  
1171 seriam próximas á etapa final da Conferência Nacional. O que  
1172 poderia se poderia fazer era já escolher os membros que iriam tomar  
1173 posse em abril. Ressaltou que essa seria a forma do calendário ser  
1174 ajustado. Disse que outra questão seria a de que politicamente se  
1175 estaria num momento, depois de toda a discussão ocorrida pela  
1176 manhã, sobre o papel do conselho, prorrogar mandatos, do ponto de  
1177 vista político, seria a pior coisa para o próprio conselho. Ele se alto  
1178 propor prorrogar mandatos. Ressaltou que o que se podia fazer era  
1179 prorrogar as escolhas até o final de maio. E aí se teria o nome da  
1180 nova composição, ela ser publicada no Diário Oficial e ser convocada  
1181 a reunião de junho já com a nova composição. Esclareceu que se  
1182 isso não ocorresse ficaria um vácuo institucional, o conselho sem ter  
1183 como se reunir, sem ter como se posicionar por não ter a sua

1184 composição constituída. Ressaltou que precisaria ter muita clareza  
1185 no processo. Disse saber que havia muitas dificuldades, por isso que  
1186 estava sendo proposto que não se ficasse no prazo que seria o  
1187 normal, que seria realizar até abril, empurrar, um pouco, já que  
1188 reunião normal seria em junho. Continuando disse que o outro ponto  
1189 que queria colocar seria com relação ao item 2: "...organizados pelo  
1190 MinC e as suas vinculadas..", como já havia sido colocado, o  
1191 Sistema Nacional de Cultura seria um sistema federativo e que  
1192 Estados e Municípios deveriam estar integrados e que tudo que  
1193 ocorresse nos estados e municípios deveriam ter a participação  
1194 federativa. E que se deveria procurar além do Executivo, trabalhar  
1195 com o Poder Legislativo, em casos onde não haja interesse do  
1196 Executivo tentar envolver o Poder Legislativo. E que a sociedade civil  
1197 também deveria estar envolvida com o processo. E que com relação  
1198 ao item das recomendações do sistema, da Lei do Sistema já estaria  
1199 praticamente concluído e também precisaria ser atualizado o Decreto  
1200 nº 5.520, por ter que ser alinhado com a Lei do Sistema. Mesmo a lei  
1201 não estando aprovada, mas que isso seria para tudo começar a  
1202 funcionar de maneira coerente. Informou que o Decreto nº 5.520,  
1203 responsável pela criação do conselho e por reger todas as questões  
1204 estaria baseado, ainda, no Sistema Federal de Cultura, uma  
1205 estrutura bastante defasada em relação a todo o processo que  
1206 ocorreu de 2005 até 2011, onde a própria concepção do sistema  
1207 havia evoluído. Finalizou dizendo que o decreto precisava ser  
1208 atualizado o mais rápido possível. A Senhora Gisele Dupin,  
1209 Representante da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural,  
1210 Representando a Secretária Márcia Rollemberg. **A Senhora Gisele  
1211 Dupin, Representante da Secretaria e Secretária de Cidadania e  
1212 Diversidade Cultural** manifestou-se dizendo que gostaria de  
1213 comentar o que o Conselheiro Isaac havia comentado mais cedo.  
1214 Informou que quando viu o ponto 8 da pauta, havia ficado  
1215 preocupada com os setoriais, principalmente, populares e indígenas.  
1216 Informo que a Secretária Márcia não estava presente justamente por  
1217 estar participando de uma Oficina de Escuta para Povos de Terreiros  
1218 e que processo para participação dessa oficina havia sido feito pela  
1219 internet. E que, pelo menos, 20% das pessoas não conseguiram  
1220 concluir a inscrição e com muita reclamação da dificuldade de se ter

1221 acesso à internet e de utilização da ferramenta. Ressaltou ter ligado  
1222 para a Secretária para falar sobre o Ponto 8 apresentado pela  
1223 comissão e que haviam pensado que senão se encontrasse outra  
1224 solução, se o processo não puder ser feito pessoalmente, se poderia  
1225 pensar na criação de um número de telefone 0800, para que as  
1226 pessoas fazerem a inscrição oralmente e a secretaria convalidaria as  
1227 inscrições via internet. **A Senhora Maria Helena Signorelli,**  
1228 **Coordenadora-Geral do CNPC** manifestou-se dizendo que as  
1229 inscrições estavam encerradas dos que já estavam inscritos. **O**  
1230 **Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política**  
1231 **Cultural, CNPC, João Roberto Peixe** manifestou-se dizendo que o  
1232 Presidente e o Relator da Comissão se manifestariam e se  
1233 necessário haveria uma nova rodada de inscrições. **O Senhor**  
1234 **Ignácio José Kornowski, Presidente da Comissão Temática e**  
1235 **Representante da Confederação Nacional de Municípios**  
1236 manifestou-se dizendo que gostaria de reforçar a questão dos  
1237 prazos. E que para ciência dos conselheiros havia sido um grande  
1238 momento de discussão da comissão para achar uma fórmula. E  
1239 como o Secretário Peixe havia colocado existiam algumas  
1240 alternativas, mas seria um assunto muito complexo, porque  
1241 demandaria tempo, para se reunir todos os segmentos. E mesmo  
1242 debatendo e analisando não havia se chegado a um veredito  
1243 definitivo. **O Senhor Charles Narloch, Relator e Representante de**  
1244 **Artes Visuais** informou a Mesa entender que para dar continuidade  
1245 as inúmeras propostas levantadas a primeira questão que teria que  
1246 ser definido se a proposta do Nilton iria ser contemplada ou não.  
1247 Porque a comissão havia trabalhado no sentido de estabelecer o  
1248 calendário apertado existente. E que o Conselheiro Nilton havia  
1249 colocado outra proposta. Ressaltou que até para trabalhar no texto a  
1250 questão teria que ficar muito bem esclarecida, se iria se trabalhar  
1251 com o calendário proposto pela comissão ou não. Porque se não  
1252 fosse mudaria o relato da comissão. E propôs que fosse discutida a  
1253 aceitação ou não da proposto do Conselheiro Nilton. E também não  
1254 caberia discutir também as outras propostas, interessantes, mas que  
1255 a primeira a ser discutida teria que ser a do Conselheiro Nilton. **O**  
1256 **Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política**  
1257 **Cultural, CNPC, João Roberto Peixe** manifestou-se dizendo achar

1258 que não. Que as questões que seriam de metodologia, de processo  
1259 seriam válidas com a proposta do calendário da comissão ou o da  
1260 proposta do Conselheiro Nilton. Que o conselheiro havia colocado  
1261 questões da representação e que isso independeria do calendário. **O**  
1262 **Senhor Nilton Aparecido Bobato, Representante do Livro,**  
1263 **Leitura e Literatura** manifestou-se dizendo acreditar que se  
1264 conseguiria resolver a questão jurídica se quisesse, mas que haveria  
1265 o tempo, que a prorrogação não seria só até o final do ano, seria até  
1266 meados de 2013, o que seria muito grave. Ressaltou que acreditava  
1267 na gravidade do ponto de vista político, colocado pela comissão, mas  
1268 que seria uma análise que teria que se fazer. Disse que pelo  
1269 entendimento da situação poderia até retirar a proposta, não saberia  
1270 dizer se alguém manteria, mas que não sabia o que fazer. Ressaltou  
1271 que fazer uma situação dessa em janeiro ou fevereiro seria esvaziar  
1272 o processo. **O Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de**  
1273 **Política Cultural, CNPC, João Roberto Peixe** manifestou-se  
1274 dizendo que gostaria de esclarecer uma questão porque, talvez,  
1275 estivesse havendo alguma confusão do calendário. Informou que a  
1276 mobilização iria acontecer a partir de março, por isso estaria se  
1277 levando até o final de maio. Que se teria, então, noventa dias para o  
1278 processo. E que em janeiro seria para se definir e fechar todo o  
1279 regulamento. Porque aí precisaria ter as regras do jogo definidas  
1280 para poder começar o processo de mobilização e de realização dos  
1281 Fóruns Setoriais Nacionais, precedidos dos Fóruns Estaduais. Que o  
1282 que o Conselheiro Nilton havia colocado poderia ser discutido no  
1283 desdobramento porque teria que ter as regras gerais e iria ter os  
1284 ajustes setoriais. Mas que colocar nove pessoas de cada estado  
1285 seria impossível, do ponto de vista de dezenove colegiados. Que  
1286 algumas coisas que o conselheiro havia colocado seriam  
1287 compatíveis e perfeitamente possíveis, mas outras não. Informou  
1288 que isso também não seria discutido na reunião e teria que ser  
1289 proposto para a comissão e a comissão trabalhar, por isso que  
1290 estava se propondo antecipar para fevereiro a Reunião do CNPC,  
1291 para iniciar no mês de março com tudo claro, definido para começar  
1292 a mobilização e concluir em maio o processo. Que não iria se  
1293 mobilizar em janeiro e fevereiro porque seria impossível. **O Senhor**  
1294 **Marcos Olender, Representante do Patrimônio Material** pediu um

1295 aparte e informou que a questão do calendário que o Secretário  
1296 Peixe estaria colocando é que abril seria o fim do mandato. E  
1297 ressaltou que se fizesse ao contrário, ao invés da reunião ser em  
1298 fevereiro a reunião acontecesse em março e se estenderia até fim de  
1299 junho a convocação. Porque se manteria o mesmo prazo de  
1300 diferença. E a Reunião do CNPC com a nova constituição ficaria  
1301 para julho. Porque aí se daria mais um mês para a mobilização,  
1302 numa época em que seria mais razoável a mobilização, isso, em  
1303 abril, maio e junho. **O Senhor Nilton Aparecido Bobato,**  
1304 **Representante do Livro, Leitura e Literatura** manifestou-se  
1305 informando que o regulamento também poderia prever a questão dos  
1306 GTs, da mesma maneira como previa o colegiado. Que isso seria  
1307 uma posição que o regulamento iria prever. **O Senhor Washington**  
1308 **da Silva Queiroz, Representante do Patrimônio Imaterial**  
1309 manifestou-se dizendo que estaria se perguntando sobre a  
1310 viabilidade de continuar a reunião esperando um quórum que  
1311 ninguém sabia e nem tinha certeza se iria existir. Informou que já  
1312 eram 15h15 e teria que se tomar uma posição com relação a isso.  
1313 Sugeriu que se refletisse sobre o assunto. Que iria se ficar numa  
1314 reunião onde não se poderia ter definição nenhuma, esperando algo  
1315 sem saber se iria acontecer. Disse que a situação era delicada e que  
1316 precisaria que os colegiados se manifestassem de uma forma firme  
1317 sobre o assunto. Finalizou dizendo que não daria para continuar a  
1318 reunião sem quórum. **O Senhor Secretário-Geral do Conselho**  
1319 **Nacional de Política Cultural, CNPC, João Roberto Peixe**  
1320 manifestou-se dizendo que no início da reunião havia colocado a  
1321 questão do quórum. E que não se criasse a expectativa de haver  
1322 quórum porque já havia sido transparente e claro no início da  
1323 reunião. E que ficou acertado é que se avançaria nas discussões e  
1324 as deliberações seriam feitas na reunião do dia seguinte já com o  
1325 quórum estabelecido. **O Senhor Washington da Silva Queiroz,**  
1326 **Representante do Patrimônio Imaterial** manifestou-se pedindo  
1327 desculpas ao Secretário Peixe por não ter ouvido a sua colocação no  
1328 início da reunião de que o quórum só seria possível no dia seguinte.  
1329 **O Senhor Juscelino Alves de Oliveira (Du Oliveira),**  
1330 **Representante da Música Erudita** sugeriu que fosse feito um  
1331 levantamento das pessoas que iriam embora e das que chegariam

1332 amanhã, porque aí se teria a resposta aproximada. **A Senhora Maria**  
1333 **Helena Signorelli, Coordenadora-Geral do Ministério da Cultura**  
1334 manifestou-se dizendo que estaria conferindo a Portaria de  
1335 Nomeação e iria fazer uma verificação com relação ao quórum,  
1336 atendendo a sugestão do Conselheiro Juscelino. **O Senhor**  
1337 **Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural,**  
1338 **CNPC, João Roberto Peixe** solicitou que se verificasse se já havia  
1339 quórum. Em seguida informou ao plenário que o Conselheiro Nilton  
1340 Bobato havia retirado á proposta de 2013. Que havia surgido a  
1341 questão do Marcos Olender propor que ficasse a reunião do  
1342 conselho para julho. Ao invés de fevereiro, março. E ao invés de  
1343 junho, julho. Ressaltou que a de março não teria problema, mas o de  
1344 julho estaria prorrogando por mais um mês. **O Senhor Charles**  
1345 **Narloch, Relator e Representante de Artes Visuais** informou que a  
1346 questão do calendário, como a Rosa havia colocado, na comissão  
1347 teria havido uma reunião bastante acalorada. E que a preocupação  
1348 maior da comissão não teria sido nem tanto com relação ao prazo,  
1349 mas sim em relação ao vácuo que iria se deixar. E o que o estava  
1350 preocupando seria ter um vácuo maior de um CNPC com colegiados  
1351 não definidos, com representantes dos colegiados não definidos,  
1352 numa situação de que teria que se encontrar uma maneira para o  
1353 ministério, lamentavelmente, ter que reconduzir os membros por falta  
1354 de uma metodologia definida, antes que se chegasse nessa  
1355 situação. E que quando a comissão colocou tudo isso era para dizer  
1356 que queria ser partícipe na construção do projeto de lei. Que  
1357 gostariam de participar antes do ministério encaminhar a Casa Civil,  
1358 gostariam de ter acesso, até para colocar a experiência. E que seria  
1359 muito grave a questão do vácuo num momento em que a legislação  
1360 deveria estar sendo discutida. E que a outra preocupação seria do  
1361 Grupo Temático de Direito Autoral, que não teve a oportunidade de  
1362 ser discutido no CNPC. E que já havia sido encaminhado pela Casa  
1363 Civil para ser aprovado sem qualquer discussão do plenário do  
1364 CNPC. Disse que como membro da Comissão de Direito Autoral não  
1365 saberia dizer o que havia sido encaminhado a Casa Civil. Que não  
1366 gostaria de ser cobrado como membro da sociedade civil, por não ter  
1367 participado efetivamente do processo, principalmente por ter sido  
1368 eleito por uma comissão. Ressaltou que gostaria de ter tempo para

1369 discutir essas questões que haviam sido colocadas para discutir,  
1370 mas que não houve condições de discutir, porque não foi possível ter  
1371 a última versão, e havia sido explicado que só poderia ser fornecida,  
1372 porque teria que ser passada a um grupo interministerial. Que a  
1373 preocupação maior não seria o prazo e sim a impossibilidade de  
1374 discutir temas importantíssimos que estariam sendo debatidos  
1375 amplamente no país em relação a Política de Cultura. **A Senhora**  
1376 **Maria das Dores Conceição Pereira do Prado, Representante**  
1377 **dos Povos Indígenas** manifestou-se dizendo que já havia até  
1378 passado da sincronia do assunto, porque a Gisele já havia ido  
1379 embora, mas a Cultura Popular se fazia presente. Disse que voltaria  
1380 ao item 8 e informou que havia acontecido uma discussão grande no  
1381 grupo, sendo representante da Cultura Indígena dentro do grupo, e  
1382 quando se trouxe a proposta da comissão seria para ter  
1383 contribuições de todos e não um documento fechado. Porque a  
1384 situação da Comissão do Sistema Nacional seria muito complexa,  
1385 como o Conselheiro Charles havia colocado, a Conselheira Rosa e  
1386 que, então, seria importante ressaltar especificamente no item 8, que  
1387 foi um dos itens com maior dificuldade de se levantar critérios de  
1388 como seria a forma de inscrição, que o Colegiado Indígena havia  
1389 esclarecido toda a sua situação, mas que haviam colocado que se  
1390 não houvesse essa possibilidade, porque o MinC não estaria  
1391 podendo fazer os encontros regionais estaduais, como de costume,  
1392 como uma conferência. E que estaria colocado como contrapartida  
1393 também, como proposta de diretriz, que estaria no último ponto das  
1394 Culturas Indígenas, que seria a possibilidade de realizar encontros  
1395 estaduais, que não iria ter, e que, então, se pudesse indicar para as  
1396 organizações locais, regionais e nacionais, que seria uma forma de  
1397 estar mandando para quem fosse pensar critérios já estaria  
1398 visualizando as especificidades, assim como alguns grupos haviam  
1399 se preocupado de encaminhar dentro das diretrizes, que a comissão  
1400 pensasse em cada detalhe dos colegiados ou de cada grupo cultural  
1401 que viesse a participar do futuro CNPC com o seu setorial. Ressaltou  
1402 que esse seria um grande complicador, que seria a questão dos  
1403 critérios específicos. Onde a comissão estaria abrindo para o CNPC  
1404 também pontuar junto a comissão o cuidado com as dificuldades  
1405 regionais do país, que todos sabiam ser complexa. Ressaltou que o

1406 item 8 estaria para pontuar uma ideia e não afirmar e definir uma  
1407 ideia. Que a ideia seria começar a montar propostas e enviar para  
1408 assim poder mandar para o MinC as definições saídas da comissão.  
1409 **A Senhora Maria Helena Signorelli, Coordenadora-Geral do**  
1410 **Ministério da Cultura** manifestou-se dizendo que não havia mais  
1411 inscrições. Consultou a comissão se teria condições de se fazer um  
1412 resumo do que havia sido dito até o momento. **O Senhor Aldenir**  
1413 **Paraguassú, Representante do Ministério do Meio Ambiente**  
1414 manifestou-se fazendo uma observação, independente da contagem  
1415 para saber se teria quórum ou não, achava que a discussão, até  
1416 então formal, que estaria se fazendo e que não seria deliberativa, ela  
1417 justifica até porque auxilia o grupo, estaria ampliando a discussão  
1418 que teria acontecido no grupo para um grupo maior. Disse ser válida  
1419 e que traria bastante contribuições. Disse que estaria acontecendo  
1420 um impasse com relação ao calendário. O calendário das comissões  
1421 que iriam começar e o calendário dos mandatos que iriam encerrar.  
1422 Questionou como é que se poderia fazer com que as duas coisas  
1423 casem. **O Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de**  
1424 **Política Cultural, CNPC, João Roberto Peixe** esclareceu que todos  
1425 seriam iguais. Que às representações sem colegiados instalados os  
1426 mandatos também terminariam no mesmo período. E que, portanto,  
1427 os mandatos de todos os conselheiros da sociedade civil das  
1428 dezenove áreas se encerrariam em 06 de abril de 2012. **O Senhor**  
1429 **Aldenir Paraguassú, Representante do Ministério do Meio**  
1430 **Ambiente** manifestou-se dizendo que gostaria de saber sobre a  
1431 hipótese de uma prorrogação, se havia amparo legal para isso. Se  
1432 não houvesse amparo legal se daria a discussão por encerrada e  
1433 viria o calendário possível dentro do encerramento de um mandato e  
1434 início de outro. **O Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional**  
1435 **de Política Cultural, CNPC, João Roberto Peixe** esclareceu que  
1436 não havia amparo legal porque o mandato seria um decreto  
1437 presidencial, com um mandato de dois anos improrrogáveis. E que  
1438 para ser prorrogado teria que haver um decreto presidencial. Que  
1439 juridicamente seria viável, mas politicamente seria péssimo. E que se  
1440 teria que fortalecer a democracia partindo do próprio conselho. **O**  
1441 **Senhor Aldenir Paraguassú, Representante do Ministério do**  
1442 **Meio Ambiente** manifestou-se dizendo que no caso, então, essa



1443 hipótese estaria vencida. E que teria que se fazer a discussão dentro  
1444 do calendário já apresentado. Porque aí a discussão se tornaria  
1445 muito mais objetiva do que discutir sobre hipóteses impossíveis de  
1446 serem realizadas. Sugeriu que o calendário fosse recomposto, que a  
1447 comissão desse a sua sugestão de como o calendário deveria ser  
1448 executado para se ter uma posição de consciência e para que o  
1449 relatório da comissão fosse apresentado definitivamente quando  
1450 houvesse quórum suficiente para deliberar. **O Senhor Charles**  
1451 **Narloch, Relator e Representante de Artes Visuais** informou que o  
1452 calendário já havia sido apresentado, que a proposta seria a  
1453 apresentada. Que seria a da reunião até junho, que é o que seria  
1454 possível. Mas se o CNPC entendesse que a condução deveria ser  
1455 outra que, então, esse calendário iria ser colocado de lado. **O**  
1456 **Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política**  
1457 **Cultural, CNPC, João Roberto Peixe** ressaltou que precisava se  
1458 esclarecer e não deixar dúvidas de que os mandatos se encerrariam  
1459 no dia 06 de abril de 2012. E que a partir desta data não seria  
1460 possível, porque o conselho ficaria no vácuo. Não seria possível o  
1461 conselho se pronunciar sobre nada, por não ter mais os mandatos  
1462 dos seus conselheiros. E que quando se está propondo até junho  
1463 estaria se correndo o risco do vácuo a partir do dia 07 de abril de  
1464 2012 até a data da reunião de instalação com a nova composição do  
1465 conselho, onde o conselho ficaria sem o poder de manifestação. **A**  
1466 **Senhora Rosa Maria Leonardo Coimbra, Representante da**  
1467 **Dança** manifestou-se dizendo que a proposta apresentada pelo  
1468 ministério e que havia sido acatada pela comissão seria de abril a  
1469 junho, seria o processo. **O Senhor Secretário-Geral do Conselho**  
1470 **Nacional de Política Cultural, CNPC, João Roberto Peixe**  
1471 ressaltou que já nesse período não poderia ter reunião. Continuando  
1472 disse que o Conselheiro Ignácio, Presidente da Comissão, estaria  
1473 solicitando a fala para apresentar uma proposta. **O Senhor Aldenir**  
1474 **Paraguassú, Representante do Ministério do Meio Ambiente**  
1475 manifestou-se questionando se os procedimentos com relação ao  
1476 calendário não deveriam ser visto antes do término dos mandatos  
1477 dos conselheiros. **O Senhor Secretário-Geral do Conselho**  
1478 **Nacional de Política Cultural, CNPC, João Roberto Peixe**  
1479 ressaltou que não se deveria subestimar esse fato, porque no

1480 calendário normal de reunião do conselho, o conselho depois da sua  
1481 primeira reunião que normalmente aconteceria em março, podendo  
1482 ser antecipado para fevereiro, á próxima reunião seria em junho.  
1483 Então, que não havia esse vácuo que o conselheiro estaria  
1484 colocando, porque a Reunião Ordinária do Conselho só aconteceria  
1485 em junho. **O Senhor Aldenir Paraguassú, Representante do**  
1486 **Ministério do Meio Ambiente** manifestou-se dizendo que existia  
1487 sim, porque teria o instrumento da reunião extraordinária, e a  
1488 Ministra de Estado ficaria impedida dois meses de convocar qualquer  
1489 reunião extraordinária. Que no caso, então, o conselho não existia. **O**  
1490 **Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política**  
1491 **Cultural, CNPC, João Roberto Peixe** ressaltou que estava patente  
1492 desde o início que isso não seria o ideal. Mas que, então, seria uma  
1493 decisão política do conselho se apertaria mais o calendário que  
1494 estaria para cumprir o que normalmente seria de escolher antes do  
1495 vencimento do mandato ou se prorrogaria, um pouco, deixando a  
1496 possibilidade de não se ter a Reunião Extraordinária. Informou que a  
1497 ordinária poderia acontecer. E que seria bom lembrar que uma  
1498 reunião para ser convocada teria que ter um prazo de antecedência  
1499 e teria que ser publicada no Diário Oficial o nome dos novos  
1500 conselheiros eleitos e isso levaria uns vinte e cinco dias. **A Senhora**  
1501 **Rosa Maria Leonardo Coimbra, Representante da Dança**  
1502 manifestou-se dizendo o que a comissão havia colocado era entre e  
1503 abril e junho, e que isso não significaria que, obrigatoriamente, teria  
1504 que ser em junho. E que numa necessidade, mesmo sendo  
1505 entendido que politicamente não seria interessante uma prorrogação,  
1506 mas numa necessidade era só colocar uma Portaria prorrogando por  
1507 dois, três meses. **O Senhor Secretário-Geral do Conselho**  
1508 **Nacional de Política Cultural, CNPC, João Roberto Peixe**  
1509 ressaltou que não poderia ser uma Portaria. **A Senhora Rosa Maria**  
1510 **Leonardo Coimbra, Representante da Dança** manifestou-se  
1511 dizendo que seria qualquer documento que fosse e que numa  
1512 necessidade o ministério poderia fazer isso. **O Senhor Secretário-**  
1513 **Geral do Conselho Nacional de Política Cultural, CNPC, João**  
1514 **Roberto Peixe** informou que a comissão estaria querendo fazer uma  
1515 proposta. **O Senhor Ignácio José Kornowski, Presidente da**  
1516 **Comissão Temática e Representante da Confederação Nacional**

1517 **de Municípios** manifestou-se dizendo que dada á complexidade do  
1518 assunto, e havia tido ótimas ideias e sugestões, e conversando com  
1519 a comissão faria a seguinte proposta, para que os conselheiros  
1520 tivessem mais tempo de contribuir e discutir. Informou que havia sido  
1521 o relatório da comissão, que estaria posto e que a comissão estaria  
1522 propondo que a comissão voltasse a se reunir no fim de janeiro para  
1523 formular já com a contribuição de todos os segmentos, mas já  
1524 sugerindo o regulamento. Ressaltou que facilitaria para a comissão  
1525 se houvesse uma ideia mais concreta. Finalizou dizendo que essa  
1526 seria a proposta da comissão. **O Senhor Secretário-Geral do**  
1527 **Conselho Nacional de Política Cultural, CNPC, João Roberto**  
1528 **Peixe** manifestou-se dizendo que o que seria importante para a  
1529 comissão trabalhar seria estabelecer esse prazo anterior à reunião  
1530 da comissão. Pelo menos até o final de dezembro, por exemplo.  
1531 Porque a comissão já teria recebido todas as contribuições e teria  
1532 um tempo para trabalhar, porque devido ao tempo curto não se teria  
1533 tempo de prorrogar nada, para cumprir o calendário. **O Senhor**  
1534 **Ignácio José Kornowski, Presidente da Comissão Temática e**  
1535 **Representante da Confederação Nacional de Municípios**  
1536 manifestou-se fazendo o apelo para que fosse até o final de  
1537 dezembro. **O Senhor Nilton Aparecido Bobato, Representante do**  
1538 **Livro, Leitura e Literatura** argumentou se isso significaria que o  
1539 MinC estaria acatando a proposta da comissão de ter uma comissão  
1540 interna do MinC que iria cuidar da parte operacional nesse período.  
1541 **O Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política**  
1542 **Cultural, CNPC, João Roberto Peixe** manifestou-se dizendo que a  
1543 comissão já existia e já estaria discutindo a questão. Ressaltou que  
1544 as contribuições também fossem enviadas ao MinC para cada setor  
1545 já trabalhar com as sugestões. Para se tentar fechar isso até final de  
1546 janeiro, para fazer a reunião do plenário do conselho, que seria a que  
1547 iria definir o regulamento, no início de fevereiro, antes do carnaval. E  
1548 que no caso iria se brincar o Carnaval já se sabendo a regra do jogo.  
1549 **A Senhora Heloísa Esser dos Reis, Representante dos Arquivos**  
1550 questionou se quem iria propor as regras seriam os grupos de  
1551 trabalho porque, no caso, do GT Arquivos não estaria nem perto de  
1552 ser definido. Havia uma previsão de uma segunda reunião para  
1553 agosto, mas que não havia, ainda, acontecido por problema do

1554 próprio GT. Ressaltou que em dezembro seria impossível, pois  
1555 haveria a Conferência Nacional de Arquivo e que de cinco pessoas  
1556 GT quatro estariam na conferência. E só seria possível se reunir na  
1557 segunda quinzena de janeiro. **O Senhor Secretário-Geral do**  
1558 **Conselho Nacional de Política Cultural, CNPC, João Roberto**  
1559 **Peixe** manifestou-se dizendo achar que as situações especiais não  
1560 poderiam atrasar o calendário geral. E que aí, no caso, se veria o  
1561 andamento do processo e uma forma de absorver as contribuições  
1562 específicas. Mas, que o CNPC teria que definir no seu plenário em  
1563 torno do dia 10 de fevereiro. Disse que não comprometeria o  
1564 funcionamento do conselho se alguma área, isoladamente, não tiver  
1565 a representação. Ela poderia acontecer até depois, mas ficaria  
1566 prejudicada porque ficaria sem representação no conselho. **A**  
1567 **Senhora Heloísa Esser dos Reis, Representante dos Arquivos**  
1568 manifestou-se dizendo entender a colocação do Secretário Peixe,  
1569 mas só queria que o GT Arquivos conseguisse se reunir, conforme o  
1570 que havia sido planejado, na segunda quinzena de janeiro, para  
1571 poder propor essas regras do jogo para o setor de Arquivo a tempo.  
1572 **O Senhor Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política**  
1573 **Cultural, CNPC, João Roberto Peixe** manifestou-se dizendo que a  
1574 única dificuldade seria janeiro, por se saber que seria início de ano, o  
1575 pior mês para a questão orçamentária liberar passagem, mas que iria  
1576 se tentar. **O Senhor Charles Narloch, Relator e Representante de**  
1577 **Artes Visuais** informou que a comissão havia pensado o calendário  
1578 igual para todos. Para os dezenoves colegiados, isto é, para aqueles  
1579 que não ainda não estavam instituídos. Que a mobilização de  
1580 fevereiro a abril seria para todos. **O Senhor Ignácio José**  
1581 **Kornowski, Presidente da Comissão Temática e Representante**  
1582 **da Confederação Nacional de Municípios** manifestou-se dizendo  
1583 que para complementar o Relator iria ler o relatório, mas que gostaria  
1584 de dizer a conselheira que entedia como comissão que estaria  
1585 representando os conselheiros. E que a comissão teria uma missão  
1586 e que tentaria cumprir. Que os seguimentos mais ágeis fariam as  
1587 coisas pela internet até como sugestão para a comissão. Finalizou  
1588 dizendo que não haveria outra forma, porque já estaria se  
1589 estendendo o prazo. **O Senhor Isaac William Farias Loureiro,**  
1590 **Representante das Culturas Populares** manifestou-se dizendo que

1591 a questão seria de esclarecimento e perguntou se dentro do  
1592 calendário proposto estaria previsto ou não a reunião dos colegiados  
1593 setoriais num prazo que permitisse a participação deles na discussão  
1594 das regras, as normas do processo de renovação. Que no seu  
1595 colegiado havia uma previsão para que as reuniões acontecessem a  
1596 partir de abril de 2012, que seria a última reunião para encaminhar  
1597 da atividade do evento nacional que precederia o processo de  
1598 renovação. E que gostaria de saber por que para as Culturas  
1599 Populares e as Indígenas estaria também em pauta outro processo  
1600 que seria importantíssimo para o segmento e que gostariam de  
1601 conciliar com o processo de renovação do colegiado, que seria a  
1602 discussão, a implementação do Plano Setorial das Culturas  
1603 Populares e das Indígenas que estaria formulado, só estaria faltando  
1604 os detalhamentos das ações, fazer a divulgação do plano as  
1605 comunidades, aos grupos em todo o país, que não teriam  
1606 conhecimento do plano. Ressaltou que não estavam podendo fazer o  
1607 debate com a sociedade, levar para eles, compartilhar a discussão  
1608 do Plano Setorial e aproveitar para que ele seja incorporado na  
1609 construção das diretrizes que estariam sendo aprovadas nas  
1610 conferências que estariam acontecendo nos estados e municípios.  
1611 Ressaltou que fazer uma reunião em abril iria prejudicar demais o  
1612 colegiado. Finalizou dizendo que gostaria de um esclarecimento  
1613 sobre o assunto. **O Senhor Charles Narloch, Relator e**  
1614 **Representante de Artes Visuais** informou ao conselheiro que teria  
1615 sido um esquecimento da comissão. Que a comissão havia discutido  
1616 sobre a pertinência de chamar dezenove fóruns setoriais nacionais,  
1617 apenas, com a finalidade de eleger os seus membros do colegiado.  
1618 E que, então, o que foi pensado, inclusive, pelos custos envolvidos e  
1619 da logística necessária para tudo isso seria a de unir as duas coisas.  
1620 Que a cada quatro anos aconteceriam às conferências e nos anos  
1621 sem conferência se faria os Fóruns Nacionais Setoriais, que teriam  
1622 como objetivo discutir de uma forma ampla com o colegiado e com  
1623 os delegados. Mas isso já com os delegados eleitos, antes de se  
1624 definir o novo colegiado. E que reunião para a escolha dos novos  
1625 conselheiros seria a última reunião do colegiado, porque os membros  
1626 dos colegiados iriam ser convocados para o fórum. Que a proposta  
1627 seria a de substituir uma reunião só do conselho, por uma reunião

1628 ampliada como fórum. **O Senhor Isaac William Farias Loureiro,**  
1629 **Representante das Culturas Populares** manifestou-se dizendo que  
1630 teria uma dúvida. Que tudo bem fazer a última reunião do colegiado  
1631 com a renovação. Mas que se não houvesse uma anterior como os  
1632 colegiados iriam participar do processo de organização? Disse que o  
1633 importante seria garantir o protagonismo dos colegiados, a  
1634 participação dentro do processo de organização da renovação. Iria  
1635 ter que se fazer plenários, reuniões, mobilizações, toda uma série de  
1636 atividades envolvidas que o ministério não poderia estar presente  
1637 porque não teria como alcançar. **O Senhor Charles Narloch,**  
1638 **Relator e Representante de Artes Visuais** manifestou-se dizendo  
1639 que o raciocínio da comissão teria sido porque como havia recebido  
1640 o material das reuniões dos colegiados, das reuniões de setembro e  
1641 outubro, onde havia sido discutido sobre as questões, a comissão  
1642 imaginou que a consulta já havia sido feita, em relação a  
1643 metodologia. Informou que, apenas, foi sugerida uma discussão  
1644 maior em janeiro e fevereiro, porque não haver tempo da comissão  
1645 analisar detalhadamente cada proposta. E que, então, imaginou-se  
1646 que os colegiados continuariam contribuindo até fevereiro, mas não  
1647 presencialmente. **O Senhor Secretário-Geral do Conselho**  
1648 **Nacional de Política Cultural, CNPC, João Roberto Peixe**  
1649 manifestou-se dizendo que só a nível de informação, o papel dos  
1650 Fóruns Nacionais Setoriais seriam o de propor diretrizes para  
1651 formulação de políticas públicas setoriais de cultura, que comporão  
1652 os planos setoriais, avaliar a execução e eleger os representantes da  
1653 sociedade civil nos colegiados setoriais e no Conselho Nacional de  
1654 Política Cultural conforme regulamento. Informou que esse seria o  
1655 artigo da Lei do Sistema, onde previa de forma sintética as  
1656 atribuições. E que estaria perfeitamente alinhado com o que a  
1657 comissão havia colocado. Não seria só para fazer eleição. Seria para  
1658 definir, discutir diretrizes bienalmente. E que se fosse escolhida da  
1659 forma como estaria na primeira versão de Deputado Pedro Eugênio,  
1660 ainda teria a escolha do membro da CNIC para o segmento, além do  
1661 representante do CNPC. **O Senhor Jefferson Dantas Navolar,**  
1662 **Representante de Arquitetura e Urbanismo** manifestou-se  
1663 perguntando ao Presidente e ao Relator se as contribuições do  
1664 Grupo de Arquitetura haviam chegado até a comissão. **O Senhor**

1665 **Charles Narloch, Relator e Representante de Artes Visuais**  
1666 informou que haviam chegado, mas que não houve tempo hábil para  
1667 ler detalhadamente todas as propostas dos colegiados. Por isso  
1668 entendimento de ser necessária a reunião da Comissão Interna do  
1669 MinC com a Comissão Temática do Ministério da Cultura em janeiro,  
1670 justamente para que se pudesse considerar na proposta que será  
1671 apresentada ao plenário do CNPC em fevereiro o detalhamento de  
1672 cada GT e de cada colegiado. **A Senhora Rosa Maria Leonardo**  
1673 **Coimbra, Representante da Dança** informou que a comissão só  
1674 havia recebido a ata do grupo de arquitetura. Mas o que a comissão  
1675 queria era que até final de dezembro, cada setor, independente de  
1676 colegiado ou de grupo, enviasse ao CNPC e o CNPC a comissão,  
1677 uma proposta com as especificidades de regulamento, como o setor  
1678 de Artes Visuais teria feito. **O Senhor Secretário-Geral do**  
1679 **Conselho Nacional de Política Cultural, CNPC, João Roberto**  
1680 **Peixe** informou que a comissão havia apresentado algumas  
1681 diretrizes gerais, mas seria importante que cada segmento com  
1682 colegiado ou grupo de trabalho considerasse na proposta específica  
1683 as regras gerais propostas pela comissão. Para compatibilizar o que  
1684 seria universal para todas as dezenove áreas e as especificidades  
1685 que poderão, sem entrar em conflito com as regras gerais, serem  
1686 ajustadas a cada segmento. E que o desafio seria esse. Em seguida  
1687 pediu que o Senhor Charles fizesse a apresentação da proposta. **O**  
1688 **Senhor Charles Narloch, Relator e Representante de Artes**  
1689 **Visuais** solicitou que todos fizessem o acompanhamento através da  
1690 folha impressa que haviam recebido e deu início a leitura da proposta  
1691 de alteração de redação do relato da comissão. Informou que a  
1692 primeira alteração seria na pauta da reunião que ficaria com a  
1693 redação: "... elaboração da metodologia para a renovação e  
1694 instalação dos colegiados setoriais e eleição dos membros do  
1695 CNPC." Que no item propostas da comissão onde dizia calendário  
1696 ficaria: "...calendário para a definição da metodologia de renovação e  
1697 instalação dos colegiados setoriais e eleição dos membros do  
1698 CNPC." Em dezembro de 2011 a janeiro de 2012. Reunião do grupo  
1699 do MinC para elaboração da proposta de normas e regulamentos  
1700 para o processo de eleição que serão encaminhados a Comissão  
1701 Temática do Sistema Nacional de Cultura. Incluir: Até 31 de

1702 dezembro. Apresentação de propostas de regulamentos pelos  
1703 Representantes dos Colegiados Setoriais e GTs ao Grupo de  
1704 Trabalho do MinC e a Comissão Temática do Sistema Nacional de  
1705 Cultura. Última semana de janeiro de 2012. Sem mudanças. Reunião  
1706 do Grupo de Trabalho do MinC com a Comissão Temática do  
1707 Sistema Nacional de Cultura para a elaboração final da proposta a  
1708 ser encaminhada ao plenário do CNPC. **A Senhora Maria Helena**  
1709 **Signorelli, Coordenadora-Geral do CNPC** informou que iria  
1710 disponibilizar para todos os conselheiros, via email, o Regulamento  
1711 das Pré-Conferências. **O Senhor Charles Narloch, Relator e**  
1712 **Representante de Artes Visuais** deu continuidade à leitura do  
1713 relato. Primeira Quinzena de Fevereiro de 2012. Reunião Ordinária  
1714 do CNPC para a aprovação da metodologia de renovação e  
1715 instalação dos Colegiados Setoriais. Ressaltou que gostaria de  
1716 propor que o detalhamento de datas ficasse como uma questão  
1717 operacional do MinC. De fevereiro a abril. Mobilizações de acordo  
1718 aprovado no plenário. Abril de 2012 a junho de 2012. Processo  
1719 eleitoral de renovação e instalação dos Colegiados Setoriais e do  
1720 Plenário do CNPC com realização dos Fóruns Setoriais Nacionais  
1721 antecedidos dos Fóruns Setoriais Estaduais. Critérios. Item 2)  
1722 Participarão dos Fóruns Nacionais Setoriais os três delegados de  
1723 cada estado da federação e do Distrito Federal, eleitos  
1724 presencialmente em Fóruns Setoriais Estaduais organizados e  
1725 coordenados pelo MinC e suas vinculadas com a participação dos  
1726 Governos Estaduais e Municipais, do Poder Legislativo e da  
1727 sociedade civil organizada. **O Senhor Aldenir Paraguassú,**  
1728 **Representante do Ministério do Meio Ambiente** solicitou que  
1729 ficasse registrado a sua não concordância com a palavra  
1730 preferencialmente, por achar ser um passo largo para o atraso. **O**  
1731 **Senhor Charles Narloch, Relator e Representante de Artes**  
1732 **Visuais** deu continuidade ao relato. 3) Os atuais membros titulares e  
1733 suplentes dos colegiados setoriais, bem como os representantes dos  
1734 GTs e instalação dos Colegiados Setoriais são delegados natos para  
1735 participar dos Fóruns Setoriais Nacionais. 8) Para participar do  
1736 processo de eleição dos delegados e dos representantes dos  
1737 colegiados como eleitores ou candidatos os interessados deverão  
1738 realizar cadastro prévio, pela internet, e/ou por telefone em portal



1739 aberto ou em Sistema 0800, implantado pelo MinC, amplamente  
1740 divulgado nos portais do ministério e as suas vinculadas, bem como  
1741 dos demais entes da federação. Sobre as considerações. Item 1)  
1742 Apenas colocar: "...renovação e instalação dos Colegiados Setoriais.  
1743 E por último a Recomendação de se tirar um Requerimento de  
1744 Urgência para a inclusão na pauta da próxima reunião, a questão da  
1745 Legislação do Sistema Nacional de Cultura e do Conselho Nacional  
1746 de Política Cultural. **O Senhor Ignácio José Kornowski, Presidente**  
1747 **da Comissão Temática e Representante da Confederação**  
1748 **Nacional de Municípios** manifestou-se informando que as questões  
1749 que ficaram como preferenciais e outros termos elas seriam  
1750 passíveis de discussão. **O Senhor Secretário-Geral do Conselho**  
1751 **Nacional de Política Cultural, CNPC, João Roberto Peixe**  
1752 informou que com a conclusão do ponto de pauta entraria na  
1753 discussão do segundo ponto, com a discussão sobre as Metas do  
1754 Plano Nacional de Cultura. Informou que a apresentação seria feita e  
1755 a continuação seria apresentada na reunião do dia seguinte, onde  
1756 esperava que houvesse quórum para se ter o posicionamento do  
1757 Plenário do CNPC sobre a matéria. Agradeceu a comissão, ressaltou  
1758 que ainda haveria muito trabalho pela frente, mas que havia sido  
1759 bem produtiva a reunião. Em seguida pediu que a Mesa fosse  
1760 recomposta com os membros do Grupo de Trabalho e da Secretaria  
1761 de Políticas Culturais. Informou que inicialmente a palavra seria  
1762 passado ao Senhor Américo Córdula, da Secretaria de Políticas  
1763 Culturais, para fazer a abertura da discussão e depois o Rafael, da  
1764 equipe do Grupo de Trabalho e da Equipe do MinC que estaria a  
1765 frente do Processo da Definição das Metas, e que eles iriam explicar  
1766 a metodologia que iriam trabalhar para a apresentação das metas.  
1767 Disse que seria bom lembrar de questão no processo é de que não  
1768 havia quórum e que na reunião do dia seguinte as decisões seriam  
1769 tomadas pelo plenário. **O Senhor Américo Córdula, Secretaria de**  
1770 **Políticas Culturais** cumprimentou a todos e disse que a ideia seria  
1771 avançar nas discussões e as dúvidas seriam tiradas na reunião do  
1772 dia seguinte com o quórum estabelecido. Que a ideia seria passar  
1773 pelas metas. Agradeceu a Patrícia Canetti, ao Devair, ao Ignácio que  
1774 de sexta-feira até o presente dia vinham trabalhando, arduamente,  
1775 na questão da finalização do relatório das contribuições. Informou

1776 que iria fazer a apresentação Do Processo de Definição das Metas  
1777 das e na reunião do dia seguinte se faria a deliberação com o  
1778 quórum necessário. Informou que o Senhor Rafael iria explicar a  
1779 metodologia, informou que seriam muitas metas e iria se ter um  
1780 trabalho que também já havia sido feito pela comissão, que o  
1781 relatório da comissão seria importantíssimo que se prestasse  
1782 atenção para que pudesse se ganhar tempo e também permitir aos  
1783 conselheiros que quisessem se manifestar também fizessem e não  
1784 se esquecessem que seriam 51 metas que teriam que ser  
1785 trabalhadas até o dia seguinte. Desejou um bom trabalho a todos. **O**  
1786 **Senhor Rafael Oliveira, da Secretaria de Políticas Culturais**  
1787 iniciou a sua fala cumprimentando a todos, informando que se estaria  
1788 na última etapa do Processo de Elaboração das Metas. Explicou que  
1789 o trabalho do GT consistiu em analisar cada meta resultante da  
1790 Oficina e produzir um parecer em relação a elas, no sentido de  
1791 acatar ou fazer recomendações. Explicou que não seria possível  
1792 nesse momento sugerir modificações nas metas, e que, portanto, o  
1793 trabalho do Plenário seria de avaliar e aprovar ou não o relatório do  
1794 GT. Explicou que a proposta de trabalho na reunião seria a de  
1795 apresentar as 61 metas que haviam saído da consulta pública e da  
1796 oficina, justificando as que não foram aceitas, contando como cada  
1797 uma havia ficado constituída e em paralelo para utilizar o trabalho o  
1798 Senhor Devair iria fazer a leitura do relatório, meta a meta,  
1799 explicando qual havia sido o posicionamento do grupo de trabalho  
1800 em relação a cada uma das metas. Informou que iria fazer a  
1801 apresentação da meta, conforme todos teriam recebido no relatório e  
1802 em seguida passaria a palavra ao Senhor Devair e ele apresentaria a  
1803 recomendação do Grupo de Trabalho. Sugeriu que durante a leitura  
1804 das metas fossem feitos os destaques e no final da apresentação  
1805 das metas seriam feitos todos os esclarecimentos dos pedidos de  
1806 destaque. Que no momento todos estariam sendo convidados a  
1807 aprovar o Relatório do Grupo de Trabalho, com as recomendações  
1808 para a publicação das metas e ressaltou que não haveria mais tempo  
1809 para fazer alterações nas metas, que havia se encerrado na sexta-  
1810 feira passada. Explicou todo o processo de como havia sido feita a  
1811 metodologia de trabalho das metas. Em seguida passou a palavra ao  
1812 Devair para ler a introdução do Relatório feito pelo Grupo de

1813 Trabalho quando chegasse nas metas iria explicar a meta e depois  
1814 passaria ao Senhor Devair para fazer a recomendação do grupo de  
1815 trabalho. **O Senhor Devair Antônio Fiorotti, Membro do Grupo de**  
1816 **Trabalho no Processo das Metas do PNC e Representante de**  
1817 **Museus** manifestou-se cumprimentando a todos e fez a leitura do  
1818 Relatório de Reunião do Grupo de Trabalho para Acompanhamento  
1819 do PNC e PPA. Em seguida passou ao Senhor Rafael para que  
1820 fizesse a explicação de cada uma das metas. **O Senhor Rafael**  
1821 **Oliveira, da Secretaria de Políticas Culturais** manifestou-se  
1822 fazendo a leitura das metas e dando a explicação das mesmas e  
1823 anotando os destaques dos conselheiros em cada uma das metas. **O**  
1824 **Senhor Devair Antônio Fiorotti, Membro do Grupo de Trabalho**  
1825 **no Processo das Metas do PNC e Representante de Museus** fez  
1826 a leitura das recomendações da oficina com a aprovação do GT. **O**  
1827 **Senhor Rafael Oliveira, da Secretaria de Políticas Culturais** após  
1828 a leitura das metas informou que haviam sido feito destaques nas  
1829 metas 02, 04, 12, 15, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 31, 34, 35, 36, e nas  
1830 novas metas B, G, I e J. Esclareceu que os destaques seriam  
1831 discutidos na reunião do dia seguinte, bem como a aprovação com o  
1832 quórum já estabelecido. **O Senhor Secretário-Geral do Conselho**  
1833 **Nacional de Política Cultural, CNPC, João Roberto Peixe**  
1834 informou que como haviam sido incluídos alguns esclarecimentos  
1835 com destaque acreditaria que em algumas situações seria mais  
1836 simples. Solicitou que houvesse um esforço para todos estarem  
1837 presentes na reunião do dia seguinte. Concordou com a proposta de  
1838 discussão das metas no dia seguinte proposta pelo Conselheiro  
1839 Nilton, agradeceu o esforço de todos, solicitou que todos estivessem  
1840 presentes às 9h do dia seguinte para dar continuidade à reunião. Em  
1841 seguida deu por encerrada a reunião.